

EM TEMPO!

Quinzenário nacional • nº 139 • 29 de outubro a 11 de novembro de 1981 • Cr\$ 50,00

● Memória: Lenin e o liberalismo (pgs. 18 e 19)

● Jornal do PT: dois projetos em debate (pg. 20)

DITADURA ELEITORAL

16 milhões de analfabetos sem voto, 30 milhões sem eleger prefeitos, veto a líderes sindicais, censura na TV, corrupção, senadores biônicos, distorção da representação no congresso e cassação do voto de soldados.
(pgs. 4 e 5)



Cenas do quebra-quebra em Salvador em agosto

TRANSPORTE

A enrolação do governo e as propostas de solução do problema que angustia o dia a dia do brasileiro

(pgs. 8 e 9)

Nova direção para a UNE

(pgs. 16 e 17)

O PT e o poder

Entrevista com Weffort (p. 8)

AMEAÇA NUCLEAR

Abalou o mundo a fala de Reagan de que é possível uma guerra tática na Europa. É o desespero do imperialismo diante da queda de governos conservadores e do avanço da revolução na América Central. A humanidade se põe de pé contra a insanidade atômica.

(pgs. 10, 11, 12)



Derrotado pacote da Previdência

O governo bateu em retirada diante da possibilidade de mais uma derrota mas deverá voltar à carga pois o déficit da Previdência continua.

Pressionado, ao mesmo tempo, pelo movimento sindical, pelos deputados de oposição e por deputados do PDS que temiam votar no "pacote" da Previdência e se desgastar frente ao eleitorado, o governo recuou na sua intenção de cortar os 10% além do INPC para os aposentados de um a três salários-mínimos e reduzir em 75% do vencimento dos aposentados que voltassem a trabalhar. Foi a única maneira que o governo encontrou para evitar uma nova derrota que, somada à não aprovação das sublegendas, só reforçaria a crise política em que está metido.

O acordo feito com as lideranças dos partidos de oposição prevê como maneira de cobrir o corte de despesas que não houve o aumento das receitas através de um adicional de 20% sobre o preço de comercialização final de bens considerados supérfluos e pela elevação do limite máximo do salário-contribuição de 15,5 a 20 salários-mínimos.

Estas duas medidas mais importantes aprovadas oneram mais ainda os assalariados de alta renda que, em princípio, consomem os bens de consumo supérfluo. Não resolvem o problema dos aposentados cujos vencimentos nos últimos quatorze anos perderam mais de 25% do seu poder de compra. Pelo contrário, até pioram um pouco mais a situação dos que irão se aposentar já que não haverá mais o pagamento



O governo recuou ante a pressão das "galerias"

retroativo dos vencimentos a partir da data de solicitação da aposentadoria.

E, mais importante, não resolve o problema estrutural da Previdência. Embora o déficit previsto para 1982 em 480 bilhões de cruzeiros pelo Ministério do Planejamento sofra contestações dentro do próprio governo não há dúvidas quanto à insolvência crescente do sistema previdenciário. Isto porque a base de referência para arrecadação que são os salários sobre os quais incidem a contribuição de 16% tende a

minguar continuamente com a crise recessiva, o arrocho e o aumento do número de desempregados.

O que faz prever que o governo, após a trégua do acordo com as oposições, voltará à carga sobre os assalariados já que mesmo neste momento de pressão não se dispôs a propor medidas de arrecadação que recaiam sobre o lucro das empresas, estes ainda em alta como vem mostrando as estatísticas.

(J.G.)

São Geraldo do Araguaia

Está próxima a expulsão dos padres

Provocações, torturas e todo o tipo de arbitrariedades tecem o fio da violência que provavelmente culminará com a aplicação da Lei dos Estrangeiros por Aureliano.

O episódio que envolve a prisão de treze posseiros e dos padres Aristides Camio e Francisco Gouriou e que provavelmente culminará com a expulsão do país dos dois sacerdotes, tem se superado continuamente em exemplos de provocação e brutalidade por parte das autoridades. O ápice do absurdo ocorreu no dia 16 de outubro quando três freiras vicentinas e o padre Peter MacCarthy foram presos e torturados por não comparecerem a uma missa promovida pela Polícia Federal. Esta chegou a contrabandar de Belém um padre desequilibrado mentalmente para officiar a missa e, para atrair a população, colocou dois televisores na porta da Igreja e no altar, ao mesmo tempo que espalhava o boato de que o papa iria falar na TV.

Tudo começou com uma disputa pela posse da terra entre posseiros e o deputado Juraci Teixeira (PDS-GO) e que culminou num confronto em agosto, quando

saiu morto o pistoleiro Luiz Antonio dos Santos, saindo ainda feridos quatro agentes da Polícia Federal e dois funcionários do governo. A caça aos posseiros mobilizou mais de 40 agentes federais, helicópteros e justificou o desencadeamento de uma onda de violências sobre a população da região. Assim, os treze lavradores envolvidos no confronto optaram por se apresentar às autoridades, sendo mantidos incomunicáveis, espancados e enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Já no dia 31 os padres foram presos e enquadrados no artigo 36 da Lei de Segurança Nacional (desobediência às leis e incitamento à luta de classes). Apesar de completamente irregular o processo, mesmo dentro das leis da ditadura, o Superior Tribunal Militar negou posteriormente por unanimidade o Habeas Corpus para os sacerdotes.

No dia 9 de outubro, o Ministério da Justiça abre outro inquérito contra os

padres através da Lei dos Estrangeiros, acusando-os literalmente por "crime de conscientização". Três dias antes, o STM já havia negado também por unanimidade o Habeas Corpus para os treze posseiros presos, mesmo tendo à mão a informação de que o confronto onde morreu o pistoleiro se deu quando agentes da Polícia Federal promoviam um despejo não assinado por juiz e, portanto, ilegal.

Da Câmara, o deputado do PT, Ayrton Soares denuncia que "tem informações seguras que os militares querem a expulsão dos religiosos do país e que caberá ao vice-presidente apenas encaminhar e executar a decisão." Da sua parte, Aureliano já se pronunciou disposto a dobrar a espinha ao afirmar que "decidirá em função da lei". E já tem em mãos o processo, tudo indica que aguardando um momento mais propício para a decisão que ocorre um pouco mais de um ano após a expulsão do padre Vito.

(G.H.)

O novo salário mínimo

O governo acaba de decretar um novo salário mínimo: Cr\$ 11.926,00. Este é o novo valor que, segundo a Constituição brasileira em vigor, deveria ser suficiente para "Manter o trabalhador e sua família".

O salário mínimo e a mortalidade infantil

Muitos afirmam que o salário mínimo não é importante, que "poucos trabalhadores vivem apenas dele." Os dados do último censo desmentem categoricamente esta afirmativa: na verdade, cerca de um quarto da população economicamente ativa vive com um salário mínimo ou menos!

A prova da sua importância é dada pelo alto grau de correlação entre o valor real do salário mínimo e das taxas de mortalidade infantil. Entre 1956 e 1961, os coeficientes de mortalidade infantil caíram sensivelmente, enquanto o salário mínimo alcançava os maiores valores reais desde a sua criação. Em 1971, 72 e 73, os coeficientes de mortalidade infantil foram os mais altos desde 1945. E foi exatamente em 1974 que o salário mínimo alcançou o seu ponto mais baixo em toda a história.

O governo descumpra sua própria lei

Depois da nova política salarial, houve a expectativa de que o valor do mínimo alcançasse uma elevação, por menor que fosse, em decorrência dos reajustes de 1,1 do INPC (índice do custo de vida). Mas esta expectativa se frustrou desde o último reajuste, quando foi corrigido apenas com o INPC. Agora, o mesmo golpe se repete e o governo não respeita sequer a sua própria legislação de reajustes salariais. Só com estes dois reajustes sem o 1,1 do INPC, o salário mínimo fica Cr\$ 731,00 abaixo do que deveria ser.

Mas esta prática tem uma lógica. Quando o governo estipulou que os salários até o valor de três mínimos deviam ser reajustados segundo o 1,1 do INPC, já contava com o recurso patronal da rotatividade da mão de obra para anular na prática o seu êxito. O patrão despede o trabalhador que teve um reajuste maior e contrata outro com salários mais baixos. Ocorre que, ao se aplicar os reajustes, o resultado estava sendo uma elevação lenta, mas real, do valor do salário mínimo, com reflexo sobre o conjunto dos salários.

Unificando a fome

Foi um critério semelhante (a possibilidade da acumulação dos aumentos) que fez com que o governo retirasse o multiplicador 1,1 dos salários dos aposentados. É claro, pois o aposentado não pode sofrer a rotatividade.

Esta é a explicação real da atual sistemática de não aplicação do multiplicador do INPC, nada tendo a ver com a desculpa dada pelo ministro Murilo Macedo, para quem esta era uma forma de unificar a médio prazo o salário mínimo em todo o Brasil, uma vez que para o Nordeste o aumento foi um pouco acima do INPC. Pode até ser, mas só se for para unificar os salários do centro sul aos mesmos níveis de fome do nordeste.

(V.G.P.)

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Alvaro Merlo, Americo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro. Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149

Diagramação: Sérgio de Oliveira

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC 19.858.067/002-70.

Sucursais: Belo Horizonte - Av. Cristóvão Colombo, 550 - Porto Alegre - Av. Osvaldo Aranha nº 1407 - loja 20 - Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414.

Impressão: Cia Editora Joruês - R. Gastão da Cunha, 49 - São Paulo - Fone: 531-8900.

Faça sua assinatura do EM TEMPO:

A Editora Aparte S.A. • Rua Francisco Leitão 57 - Pinheiros - SP • CEP: 05014 • Fone: 852-8880 Estou enviando o cheque..... por uma assinatura anual

Comum: Cr\$ 1.000,00 ()

Exterior: US\$ 50,00 ()

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

Estado: _____ CEP: _____



EDITORIAL

A verdade sobre a "união das oposições"

A tão louvada "unidade das oposições" vaza água de norte a sul do Brasil. No plano das eleições para governadores o PMDB, o PP e o PDT, através de seus candidatos "favoritos", entram em escaramuças até mesmo bem azedas em alguns estados. Na prática, fazem do adversário dentro da "oposição" o inimigo principal, deixando o PDS numa cômoda posição.

Nenhum destes "favoritos" vem a campo com programas, propostas e métodos de ação. O que está em disputa é o nome; e aí, neste terreno, cada um, como é óbvio, acha que o seu é o melhor, cada um acha que seu é o lugar aberto agora nas bases estaduais do sistema.

No plano do parlamento federal, a "unidade das oposições" não foi capaz de gerar nenhum projeto ou luta que realmente unificasse a ação dos vários partidos. Ela apenas contracenava com os projetos do governo, respondendo pela sua negativa — como foi o caso das sublegendas — ou forçando um meio de campo — como foi o caso agora da previdência. Mas é o governo quem, apesar do PDS em frangalhos, mantém a ofensiva.

Como diz Francisco Wefort nesta mesma edição, a unidade das oposições parece, na verdade, ser duas; e vai ficando cada vez mais clara na medida em que nos aproximamos de 82.

Por um lado, a unidade que as oposições moderadas tenderão a compor em torno do PDS, num novo quadro de alianças que se esboça para o regime após as eleições do ano que vem. PDS, PP e vários setores do PMDB que serão governo de estados, tendem a formar um bloco, ainda que heterogêneo no seu interior.

E por outro lado o PT tendendo a se tornar neste quadro o único verdadeiro partido de oposição — trabalhando na faixa da organização e mobilização popular rumo à transformações mais de fundo na sociedade brasileira. E ao lado do PT, talvez, setores dos outros partidos — mas setores — tenderiam também a compor uma outra possível unidade das oposições.

Unidade das "oposições" em torno do governo e unidade das oposições em torno do PT. Este o quadro que enfim se delineia como substância da tão louvada "unidade das oposições".

O fato inclusive do regime se mostrar menos preocupa-

do do que parecia ser com as reformas eleitorais não é outra coisa senão sinal da sua crença numa das unidades acima. Os aspectos da reforma sobre as quais o governo insiste são aqueles de cunho mais classista, de forma a tentar efetivamente barrar o estouro do PT nas urnas. O problema dos outros partidos já não parece ser tão problemático assim. Já o PT, uma forte bancada petista no futuro Congresso, Assembléias e Câmaras, ainda que pequena para inverter o jogo institucional das votações, é altamente perigosa ao regime por sua hostilidade aos pactos e conciliações da "abertura" e pela ressonância que as lutas populares passariam a ter na grande política.

Assim, a unidade que o PT tem que buscar consolidar é bem precisa. Uma unidade programática clara, pública e sob controle popular, com todos os setores e forças sociais e políticas que se comprometam em cima do terreno de sua plataforma mínima para o momento. Esta a pedra de toque do PT para qualquer aliança. O que, já podemos prevê-lo, dificilmente ocorrerá com os grandes e favoritos dentro do PP, PMDB e PDT.

Mas a unidade política que o PT vier a propor e construir tem que estar alicerçada numa outra, muito mais sólida, estratégica e de classe: a unidade operária ou dos trabalhadores no seu terreno privilegiado de luta, que é o campo sindical.

O PT tem que fundamentar toda esta sua política numa clara proposta de Frente Única dos Trabalhadores a partir dos sindicatos. Ou seja, uma coerente política sindical de construção de uma CUT democrática e pela base é que é o sustentáculo para um quadro político mais desenvolvido de alianças com outras forças populares. Se o PT aparecer como divisionista no campo sindical, sua recusa à "unidade das oposições" no campo político eleitoral, soará como um prolongamento de uma postura particularista, divisionista, no próprio terreno onde não há razões de fundo para a divisão, pois são todos trabalhadores.

Enfim frente à "unidade das oposições", ou à tentativa de setores da esquerda de transformá-las em frentes populares, o PT deve, de maneira clara, radical e em todos os planos, opor sua política de Frente Única dos Trabalhadores.



Homens que fazem o Brasil grande

Ibrahim Abi-Ackel, Sr. Ministro da Justiça

Até o momento da morte do ministro Petrônio Portela; em janeiro de 1980, ninguém ouvia falar do Sr. Ibrahim Abi-Ackel, apesar do início de sua vida pública ter se dado em 1954.

É que o atual ministro da Justiça teceu cuidadosamente sua trajetória política de forma a não criar nenhum grande problema: ficou longe do povo e longe da imprensa mas sempre perto de personagens importantes. Por exemplo, perto do general Golbery do Couto e Silva que, afinal, foi quem o pinçou para o cargo.

Naquele momento, logo após a extinção do bi-partidarismo, o quadro partidário não estava ainda claro; Abi-Ackel estava propenso a bandear-se para o PP junto com um grupo de pesedistas mineiros. Sua escolha para a pasta tinha, assim, a grande vantagem de fortalecer o PDS em Minas e ao mesmo tempo de garantir à Casa civil a continuidade na centralização do projeto de "abertura", isto é, menos do que ministro da Justiça, um "public-relations" do mago.

Para tanto bastavam as qualidades que Abi-Ackel tem: uma retórica grandiloquente sobre o



senso-comum, um sorriso estrategicamente armado, uma perfeita adaptação às circunstâncias, capaz de desdizer hoje o que disse ontem, como se estivesse falando sobre o assunto pela primeira vez.

Por exemplo, no programa Crítica e Autocrítica da TV Bandeirantes do último dia 27, afirmou que o surgimento do PT era perfeitamente previsível nos planos da reformulação partidária. Já em entrevista à *IstoÉ* em fevereiro de 80 dissera com todas as letras: "O PT foi realmente uma surpresa no quadro previsível".

Sobre o PT, na Bandeirantes

falou ainda que achava muito discutível essa história de um partido de trabalhadores porque ele também era um trabalhador que sempre vivera de seu salário e nem por isso estava no PT. Em compensação, para a revista *IstoÉ* declarara a propósito das preocupações sociais do PDS: "Não se trata de montar um grande sistema previdenciário que premie a preguiça com uma mensalidade que assegure a alimentação, a casa e tudo o mais." E a respeito do golpe de 64: "Foi uma reação. O mais indispensável dos movimentos. Havia um consenso nacional pela necessidade da intervenção militar. E, se por ventura existiam vozes que a ele se opunham, elas não chegaram a se manifestar."

No entanto, como ele mesmo esclarece, nada disso é para se estranhar: "Eu tenho de refletir o ponto de vista do governo. É claro que de 64 a 80 mudou o Natal e mudei eu". Com a saída do santo protetor o general Golbery, o Natal muda de novo. Resta saber se Abi-Ackel muda também ou se será mudado. A recente derrota do projeto da sublegenda no Congresso Nacional fere diretamente a sua pasta.

(V.P.)

Ponto de vista



Sendo socialista, ainda que seja encarado como algo romântico e utópico, o PT busca uma sociedade sem classes, igualitária. (Hélio Bicudo, em entrevista ao Estado de São Paulo)

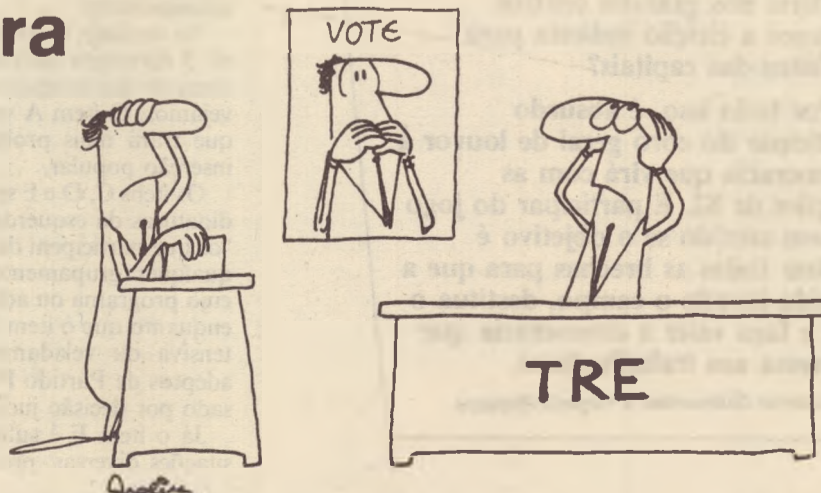
O ingresso de Jânio amplia a unidade democrática indispensável para a salvação do país (...) O PMDB é o partido mais definido e coeso de todos os que hoje se institucionam no país (Hora do Povo 18/10/1981)

Toda pessoa interessada pode in-

gressar no PT, desde que faça as tarefas comuns a todos os petistas, como preparar cola de farinha, pregar cartazes, fazer panfletagens (Lula, em resposta a uma pergunta sobre a sua reação a um eventual pedido de Jânio para ingressar no partido durante programa Canal Livre).

Eu tenho levado cada trombada que prefiro ter um enfarte por semana em troca das trombadas que tenho levado (Figueiredo em entrevista a imprensa sobre a possibilidade de um novo enfarte).

Aroeira



Ditadura eleitoral

Algumas lideranças dos partidos de oposição burguesa exultaram com o fato de que o "pacote" de reformas eleitorais enviado ao Congresso para votação não incorporasse a proibição das coligações, o sistema distrital e outros casuísmos mais pesados. Exultaram mais ainda com a derrota do governo na votação das sublegendas para governador.

Na lama estivemos, na lama estamos e na lama sempre estaremos, parece ser o raciocínio destes políticos. Pois, muito mais importante do que o que não foi apresentado nem aprovado pelo governo, é o que a oposição não tomou a iniciativa de propor. Ou seja, questionar todo o aparato legal que traz a bota da ditadura para o jogo eleitoral e assumir a ofensiva no momento em que o próprio partido do governo se esfacela em divergências e indecisões.

Além disso, não está consagrado na legislação o princípio da imunidade parlamentar já que as chamadas salvaguardas do Estado mantém a possibilidade de cassação dos mandatos. Sabe-se ainda que a centralização espantosa das receitas tributárias no governo federal reduz ao mínimo o campo de iniciativas da administração pública dos prefeitos e governadores.

Além de um atentado aos mais elementares princípios democráticos, o compacto bloco de restrições eleitorais tem um sentido marcadamente classista. Quem mais perde com a subvalorização da representação dos grandes centros urbanos na Câmara e no Senado, com o veto do voto dos analfabetos, com a corrupção eleitoral, com a proibição da eleição dos sindicalistas cassados senão as grandes massas trabalhadoras? A quem causa mais danos senão aos moradores de periferia dos grandes centros urbanos a eleição indireta para prefeitos das capitais?

Por tudo isso, é absurdo participar do coro geral de louvor à democracia que virá com as eleições de 82. E participar do jogo só tem sentido se o objetivo é utilizar todas as brechas para que a torcida invada o campo, destitua o juiz e faça valer a democracia que interessa aos trabalhadores.

Por Juez Guimarães e Virgínia Pinheiro

Analfabetos 1 São 16 milhões sem voto!

A mais infame das restrições eleitorais é, sem dúvida, a proibição do direito de votos aos analfabetos. São cerca de 15 milhões e 500 mil brasileiros maiores de 18 anos que não podem votar (dados do IBGE para o ano de 1979). Exclusão tanto mais grave quando se sabe que as primeiras informações divulgadas a partir do censo de 1980 demonstram que o número total de analfabetos no Brasil cresceu na última década e nada indica que essa tendência venha a ser modificada nos próximos anos.

Nada de novo. A permanência do veto aos analfabetos está na linha de continuidade do secular elitismo das classes dominantes brasileiras. Já a reforma eleitoral de 1881, que instaurava eleições diretas para senadores, deputados e membros das assembleias provinciais colocava como condição para o exercício do voto uma renda anual de 200 mil réis e a apresentação de certificados de propriedades rurais ou urbanas, o que excluía a grande massa da população.

No curso dos debates da reforma, um dos defensores da proibição de voto aos analfabetos acusava a Revolução Francesa pelo "princípio do igualitarismo, que é o maior perigo que se encontra na sociedade". Rui Barbosa, por sua vez, chegou a afirmar que a exigência de igualdade para todos era o "erro maior da visão socialista" e excluir os analfabetos era se opor "à soberania da ignorância, mãe da miséria, mãe da subserviência, mãe da imoralidade, mãe de todas as ruínas sociais". Qual a diferença dessa para a famosa máxima do general Figueiredo de que o povo não está preparado para exercer a democracia?

Como o critério de identificação dos analfabetos se limita à capacidade de rasurar o seu nome na cédula, esse sistema foi historicamente utilizado para vetar e manipular eleitores. Tudo ao contrário do argumento sempre presente que justifica o não voto do analfabeto por este ser alguém facilmente influenciável e incapaz de discernir, de ter opinião própria.

Quanto à influência, poderia se argumentar, como há cem anos atrás no curso dos debates sobre a reforma, que "se o voto do pobre se vende por dinheiro, o do advogado se compra por contratos administrativos, o do cortesão por títulos, o do negociante por subvenções e privilégios e o dos ambiciosos por empregos e posições".

Com a proclamação da República, o analfabeto obteve o direito de voto por um ano, para em seguida perdê-lo pela Constituição de 1891. Hoje, cem anos após, a República brasileira continua incapaz de conceder o direito mínimo do voto, em sua tradição de desprezo e medo do povo.

Inelegibilidade 2 Controlando os trabalhadores

O governo tem procurado extrair rendimentos políticos de seus propósitos já anunciados pelo ministro Abi-Ackel de atenuar a lei das inelegibilidades, através da alteração do seu item B que incorpora a anistia decretada (continuarão a ser inelegíveis os que foram excluídos da anistia parcial) e da suavização do item N, que agora tornaria inelegíveis os condenados pela lei de Segurança Nacional e não mais "os que respondam a processo" como anteriormente.

Na verdade, os itens remanescentes da lei complementar nº 5 fornecem instrumentos de sobra para um amplo controle das candidaturas por parte do governo. Senão vejamos. O item A veta a candidatura de analfabetos, o que trará mais problemas para o PT que tem maior inserção popular.

Os itens C, D e E se dirigem explicitamente contra candidaturas da esquerda. O primeiro deles torna inelegível "os que participem da organização ou funcionamento de qualquer grupamento, associação ou Partido Político cujo programa ou ação contrarie o regime democrático" enquanto que o item D veta a candidatura dos "que, ostensiva ou veladamente (sic) façam parte, ou sejam adeptos de Partido Político cujo registro tenha sido cassado por decisão judicial, transitada em julgado".

Já o item F é suficientemente vago para se aplicar a situações diversas: proíbe a candidatura "dos que hajam

atentado, em detrimento do regime democrático, contra os direitos individuais concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade".

O quadro se fecha com o veto à possibilidade de serem eleitos os milhares de trabalhadores, dirigentes de entidades que sofreram intervenção, através do item P que torna inelegíveis "os que tiverem sido afastados ou destituídos de cargos de funções de direção, administração ou representação de entidade sindical".

Enfim, a Lei Complementar das Inelegibilidades que foi sancionada pelo general Garrastazu Médici continua a prevalecer em suas grandes linhas, um sinal evidente de que a ditadura permanece nos tempos da "abertura".

Senadores biônicos 3 Tudo bem até 1986

As eleições para o Senado em 1982 se destinam a renovação de apenas um terço da bancada atual. Até 1986 estarão lá ainda os senadores "biônicos", eleitos por via indireta através de um colégio eleitoral composto dos membros das Assembleias Legislativas e de delegados das Câmaras Municipais em cada Estado. O decreto-lei 1.543 de 1977 que regula a eleição de senadores "biônicos", continua de pé para garantir uma composição do Senado mais favorável aos desígnios do governo.

Desproporção no Congresso 4 Dois e dois são cinco

Uma outra maneira que o governo encontrou de institucionalizar a fraude foi através do desvirtuamento da proporção da representação dos Estados na Câmara Federal e no Senado, desvalorizando os maiores centros urbanos onde a oposição é mais forte. A Emenda Constitucional nº 8 de 1977 determinou que a Câmara dos Deputados se compõe de 420 parlamentares cujos mandatos são distribuídos proporcionalmente à população de cada Estado, de modo que nenhum tenha mais de 55 representantes ou menos de seis. Assim, São Paulo que tem uma população 82 vezes superior a do Acre tem apenas nove vezes mais parlamentares na Câmara. O que equivale a cassar o voto para a Câmara de 6 milhões e 947 mil paulistas.

Para o Senado, a situação é ainda mais escandalosa já que cada Estado, qualquer que seja sua população, se faz representar por três membros.

Estado	Deputados		Senadores	
	Quantos são	Quantos deveriam ser	Quantos são	Quantos deveriam ser
São Paulo	55	82	3	14
Minas Gerais	47	47	3	8
Rio de Janeiro	46	41	3	7
Paraná	34	35	3	6
Bahia	32	32	3	5
R. G. do Sul	32	28	3	5
Pernambuco	22	23	3	4
Ceará	20	20	3	3
Goiás	14	18	3	3
Sta. Catarina	16	13	3	2
Maranhão	12	12	3	2
Paraíba	11	11	3	2
Pará	10	10	3	2
Piauí	8	8	3	1
R. G. do Norte	8	8	3	1
Alagoas	8	7	3	1
Espirito Santos	8	8	3	1
Amazonas	6	4	3	1
Sergipe	6	4	3	1
Mato Grosso	8	—	3	—
Mato G. do Sul	6	—	3	—
Acre	6	1	3	0
Amapá	2	1	—	—
Rondônia	2	1	3	0
Roraima	2	0	—	—
Total	420	420	69	69

A derrota da sublegenda

Não passou a tábua de salvação do PDS

Por Julio Tavares

A proposta de sublegenda para a eleição de governadores foi derrotada no Congresso Nacional por 216 votos contra um. Houve uma verdadeira "batalha regimental". Durante onze horas o PDS tentou obstruir a votação. Exigiu que se fizesse a chamada nominal seis vezes para os deputados e duas para os senadores. Quando se entrou na apreciação da matéria propriamente dita o PDS continuou criando problemas ao andamento da seção. Como última tentativa, se retirou do plenário na hora da votação, buscando evitar que houvesse quórum e fazer com que a sublegenda fosse aprovada por decurso de prazo. Mais uma vez falhou: as oposições unidas e com o apoio de dez membros do PDS derrotaram a manobra.

Na verdade, os dez que votaram com as oposições foram apenas uma pequena expressão da divisão que hoje recorta o PDS e que a proposta da sublegenda pretendia justamente atenuar.

O governo com seu projeto de reciclagem do regime partia do entendimento de que a sublegenda era indispensável para manter o PDS unido nas próximas eleições e tentar, através do expediente da soma dos votos da legenda, manter o governo em uma série de Estados importantes. Só a sublegenda, só a possibilidade de unir as diversas correntes existen-



A votação da sublegenda no Congresso Nacional

tes em alguns Estados, dentro do PDS, criaria essa possibilidade.

Só que os grupos regionais do PDS que mantêm a máquina partidária em muitos Estados não tinham interesse nisso. Governadores como o de São Paulo, Minas, Bahia e Pernambuco que mantêm o controle da máquina partidária, mas são contestados por setores minoritários, não viam com bons olhos o surgimento de candidaturas na brecha das sublegendas. Muitos destes setores mino-

ritários já estavam inclusive com candidaturas nas ruas, abertamente dissidentes.

Os interesses regionais de muitos desses grupos não interessados na aprovação das sublegendas passa pelo domínio do PDS e dos órgãos do governo. Esses interesses pesaram na hora de lutar pela sublegenda. O próprio Aureliano, antes de subir ao trono, por diversas vezes se opôs abertamente à sublegenda. É sintomática a forma como manifestou o seu

apoio à sublegenda afirmando dubiamente que "não queria entrar no mérito da questão" e se ausentando de Brasília na hora da votação.

A derrota da sublegenda foi para muitos o fim de sonhos carinhosamente acalentados. Muitas candidaturas morreram neste dia. E, com isto, a luta interna do PDS deve se aprofundar pois os que não sentirem os seus interesses representados devem passar a ter comportamentos mais "rebeldes", mais "oposicionistas" à nível federal.

O governo saiu confundido do episódio. Enquanto o líder do PDS na Câmara, Cantídio Sampaio, afirmava que a proposta de sublegenda iria voltar à votação no ano que vem, o ministro Abi-Ackel dizia que isto é difícil de acontecer.

De qualquer maneira, o governo sabe que sem a sublegenda ele caminha para uma grande derrota nas eleições de 82. Uma derrota tão ou mais profunda como as das duas últimas que teve com a finada Arena. Com a queda da sublegenda, a situação do governo, que já era precária, tornou-se profundamente problemática em pelo menos quinze estados. Por isso mesmo, novos casuismos deverão vir para evitar a derrota maior e, com ela, o impasse ainda mais profundo do projeto de reciclagem do regime.

5 A proibição da caserna Não a soldados e marinheiros

O argumento histórico das democracias burguesas para negar o direito de votos aos soldados e marinheiros, ao mesmo tempo que abre esta possibilidade aos oficiais, se relaciona à preservação e influência da disciplina militar. Fica mais difícil sustentar este argumento quando o próprio ministro do Exército, Válter Pires, vem a público pregar a função política dos militares e oficiais das três armas se sucedem nas chefias do Executivo e dos Ministérios.

O direito de voto aos soldados e marinheiros é uma reivindicação que se fez presente nos picos da luta pela democratização no Brasil, como no pré-64. Hoje são 231 mil militares que não podem votar e, mais importante, estão abertos ao desenvolvimento de sua consciência política (efetivos divulgados por "The Military Balance 1979/1980" do International Institute of Strategic Studies). Além disso, a lei das inelegibilidades impede a candidatura dos que "forem declarados indignos do oficialato ou com ele incompatíveis", o que dá o poder às chefias militares de vetar a candidatura de opositores.

6 Prefeitos nomeados Trinta milhões sem ação

O governo militar está favorável a restituir eleições livres para prefeitos nos municípios considerados área de segurança nacional, mantendo-se as nomeações para as prefeituras das capitais e distrito federal. Mais uma vez, usa-se um argumento completamente falacioso: alega-se a necessidade de sintonia administrativa entre os governos estaduais e as prefeituras, quando inúmeros problemas políticos e administrativos poderiam precisamente ser resolvidos se os prefeitos realmente governassem.

Um exemplo recente ilustra bem a questão: em São Paulo, no caso da ocupação das terras em Itupu, o pre-

feito estaria inclinado a encontrar uma solução quando foi desautorizado pelo governador do Estado. Além disso, num Estado como São Paulo, inúmeras outras cidades onde a eleição para prefeito é livre têm enorme peso administrativo. Todos sabem que essa lei dirigida contra mais de 30 milhões de habitantes visa apenas impedir prefeituras de oposição nas capitais onde se concentram os setores mais fortemente politizados da população.

Por iniciativa do deputado Eduardo Matarazzo Suplicy está sendo enviada ao Congresso uma moção assinada por deputados estaduais e vereadores de São Paulo exigindo que se formule projeto de lei restituindo as eleições livre também nas capitais. Acompanham essa moção os resultados de um mini-plebiscito feito em pontos estratégicos da cidade perguntando à população se ela deseja eleger seu prefeito.

7 Lei Falcão Temas do povo não vão à TV

Em 1974, nove anos após a instituição do bipartidarismo, engenhosamente montado para permitir maior controle do governo militar sobre o parlamento, o feitiço se voltaria contra o feitiço. As eleições daquele ano assumiram claramente um caráter plebiscitário e o governo seria flagorosamente derrotado nas urnas. Para tanto, seria decisiva a garantia instituída pelo Código Eleitoral de 1965 em vigor, de 2 horas diárias de propaganda gratuita pelo rádio e pela TV, nos 60 dias anteriores ao pleito.

Embora contassem com todos os privilégios da máquina estatal para favorecer artificialmente o partido do governo, os militares se esqueceram de levar em conta que, nos dez anos transcorridos desde o golpe, a televisão brasileira se transformara no mais poderoso veículo de comunicação de massa de âmbito nacional: qualquer pequena cidade já tinha pelo menos um aparelho de TV, estrategicamente situado em ponto de frequência social.

Para as eleições municipais de 1976 o governo decidiu se armar. Em 1º de julho daquele ano foi sancionada a lei 6889 de autoria do Ministro da Justiça, Armando Falcão, alterando o artigo 250 do Código Eleitoral, o horário gratuito para as eleições de âmbito municipal — hora diária durante os 30 dias anteriores à votação — seria

usado apenas com fotos, nomes, números e currículos formais dos candidatos. O argumento utilizado foi dos mais demagógicos: segundo o governo seria impossível dividir o tempo igualmente entre os quase 100 mil candidatos que disputariam em 3968 municípios, sendo portanto anti-democrático o direito à palavra.

Em abril de 1977, essa máscara cairia: o decreto-lei 1538 viria extender a restrição para as eleições de âmbito estadual e federal.

As eleições de 82 ainda estão sob a égide dessa lei. É possível que até lá ela seja modificada. Até mesmo setores do PDS seriam favoráveis a uma reforma desde que colocasse os partidos minoritários, especialmente o PT, em clara desvantagem. Fala-se, por exemplo, em dividir o tempo proporcionalmente ao número de parlamentares existentes em cada partido. Resta saber a contraproposta dos partidos de oposição.

8 Corrupção eleitoral O dinheiro contra o povo

O Diário Oficial do Estado de São Paulo do dia 10 passado, traz publicado o decreto suplementar de verba de nº 17805 aberto ao gabinete do governador e a sua casa civil com vistas a um "melhor desenvolvimento de suas atividades", no valor de 102 milhões e 870 mil cruzeiros.

Mas a vagueza dos objetivos desse decreto, em particular, chamou a atenção do deputado petista Eduardo Matarazzo Suplicy que descobriu se tratar, na verdade, dos gastos da próxima viagem de Maluf e sua comitiva ao Japão. Tais gastos estavam sendo estimados pela imprensa paulista em cerca de 50 milhões, já considerados absurdos para uma viagem...

O episódio apenas ilustra os inúmeros expedientes que o controle da máquina estatal permite na manipulação do dinheiro público. No estilo de campanha que um deputado do PDS costuma fazer, essa quantia daria para financiar, sem que ninguém percebesse, a campanha, de aproximadamente, 10 candidatos do governo.

Se somarmos a tais expedientes o uso diário dos meios de comunicação para propaganda governamental e o respaldo dos grupos empresariais interessados nos resultados das urnas, ainda teremos uma tênue visão das condições materiais absolutamente anti-democráticas em que se realizarão as eleições de 82 no Brasil.

Poder municipal

A prefeitura também não está acima das classes

Assim como o Estado não é neutro, também a prefeitura (ou qualquer outra expressão do poder local) não se situa nunca "acima das classes".

A perspectiva de um poder local, popular, democrático e de base coloca, pois, a previsão de atritos e confrontos do poder político dos trabalhadores versus poder político patronal em cada canto; além do enfrentamento com todo tipo de restrições e limites impostos pelo Estado burguês-burocrático que aí está.

As alternativas de alterações locais serão sempre parciais, mas poderão produzir os necessários caldos de **acumulação de forças**, preparando terreno para transformações e rupturas mais globais e definitivas.

Município hoje

O município brasileiro, segundo a legislação, encontra-se sob dura tutela do governo federal e do governo estadual. As prefeituras estão controladas por rédeas curtas, estão bloqueadas em suas iniciativas, sobretudo pela carência de recursos financeiros. As câmaras municipais, igualmente compõem o sistema como pelas poucas mais que decorativas: só fazem leis superficiais, que só tocam (quando tocam) o grosso da exploração e opressão.

A lei 5172, que rege o Sistema Tributário Nacional desde 1967, centraliza a arrecadação de impostos nas mãos do governo federal. Montou um esquema em que a unidade municipal deverá desempenhar um papel de mero instrumento de efetivação de políticas do governo federal ou do governo estadual.

Margens de ação

Dados recentes da Secretaria da Economia e Finanças de São Paulo dão conta de que, do total de tributos arrecadados na área municipal, 5,75% vão para o governo federal, 37,3% para o governo estadual, restando ao município a míngua de 5,2%. No mais o município ficará na dependência do "repasso" dos governos superiores ou seja na dependência da vontade desses governos. (Dai não ser novidade que qualquer Maluf tenha poder de boicotar,

Sob o título "Poder local: município e participação popular" está circulando dentro do PT um estudo, elaborado por um grupo de trabalho vinculado à direção do partido. Aqui, reproduzimos algumas de suas partes.

como bem entende, as prefeituras que não queiram dançar a sua dança...).

Entretanto, apesar desta limitação toda, existem certas margens de ação do poder municipal, especificamente das prefeituras e das câmaras. Ao menos em duas áreas de forte interesse popular, a legislação reserva ao município um importante

papel: na definição da política de ocupação do solo urbano (incluindo fixação do imposto sobre propriedade territorial e predial urbana); e na definição do sistema de transporte de massas na cidade (incluindo acordo para a fixação de preços, linhas, qualidade do serviço, fiscalização etc.).



Portanto o poder municipal terá muito que fazer desde que se disponha a assumir por inteiro as funções que lhe compete — por lei ou por legitimidade — e desde que se comprometa realmente com os interesses populares.

De contribuinte e controlador

No processo de evolução das lutas reivindicatórias o exercício do poder local pode se tornar — em determinado momento — um desafio irrecusável para o movimento popular.

Com efeito, o movimento popular pode — e deve — ultrapassar a fase de **legítima defesa de seus direitos sociais**, assumindo também a perspectiva de legítima conquista de seus direitos políticos, ou seja, assumindo também a perspectiva de **poder local em diferentes níveis**.

Na escola, no posto de saúde, no centro comunitário, enfim, em todas as entidades públicas que de uma forma ou de outra "chega ao povo" trata-se do próprio povo avançar da mera função de **contribuinte** (pagador de impostos) para a função de **controlador**.

E mais: na prefeitura e na câmara, entidades típicas de disputa do poder, trata-se de fazer presente a força do povo trabalhador.

Papel do PT

Ao Partido dos Trabalhadores compete o papel histórico de articular e nortear o potencial de poder político que os trabalhadores, através de suas lutas comunitárias e sindicais vêm acumulando em vários pontos do país. Não basta para o PT contribuir para a arrancada de vitórias parciais aqui e ali, em função desta ou daquela reivindicação.

Na realidade os interesses populares, particularmente os da classe trabalhadora, não terão lugar enquanto "o poder político não expressar uma real representação popular fundada nas organizações de base para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e demais níveis da sociedade" (Manifesto do PT).

Uma tática diante das ameaças das reformas

Em São Paulo, o processo de discussão das eleições de 82 dentro do PT já corre avançado. Depois de lançar um documento sobre a Plataforma Nacional do partido, o Diretório acaba de baixar para discussão nos núcleos mais três outros documentos: Plataforma Estadual e Municipal, Tática Eleitoral e Regulamento do Encontro Regional que irá agora em 12/12 deliberar sobre estes temas.

O documento sobre a tática eleitoral é de especial interesse pelo seu aspecto prático, sobretudo porque já lança respostas concretas mesmo diante dos impasses que ainda perduram na área da reforma eleitoral que o regime prepara para o ano que vem.

O texto começa estabelecendo os parâmetros mais gerais para as eleições de 82: "ao contrário das outras eleições que assumiram um caráter nitidamente ple-

As soluções do Diretório Paulista para o PT sair a campo se vierem as reformas eleitorais ameaçadas pelo regime.

biscitário, o pleito de 82 deverá colocar em discussão propostas e programas de governo, entre as forças consideradas opositoras, em contraposição às apresentadas pelo governo e seus representantes". E em seguida conclui o Diretório: "nestas condições o regime tentará a todo custo legitimar seu projeto político, tendo ao seu lado as forças de oposição da burguesia, interessadas simplesmente em obter fatias do poder.

A partir daí a conclusão é clara: o PT deverá correr em raia própria "delimitado por seu programa e pelos compromissos que mantém com o movimento dos trabalhadores."

Entrando no concreto, o documento se

defronta então com duas alternativas no caso das eleições legislativas proporcionais: o partido deverá lançar o máximo de candidatos se a eleição se der pelo sistema proporcional ou com voto de legenda e o menor número possível de candidatos, concentrando seus votos em poucos, se a eleição se der pelo sistema majoritário.

Para sair já deste dilema o Diretório propõe então que o PT aprove composições de legenda distintas para uma e outra hipótese: uma legenda mínima para o caso de distrito e uma máxima para o caso da manutenção das atuais regras eleitorais.

E a título de sugestão o Diretório já indica: a legenda mínima poderia apre-

sentar 12 candidatos a deputado federal, 16 a estadual e 4 a vereador da capital, supondo que o PT disporá, seguramente, de cerca de 20% dos votos no estado. A legenda máxima seria, de acordo com a lei, o dobro das vagas para deputado e o triplo das vagas para vereador: respectivamente 82, 118 e 63 candidatos para federal, estadual e vereador da capital.

O Diretório propõe que a mínima seja a base para o lançamento imediato — agora, depois do Encontro de 12/12 que as aprovará — de candidaturas, enquanto que a máxima apontaria os candidatos que também entrariam em campo tão logo o jogo eleitoral fosse definido a favor da manutenção das regras atuais. E contempla ainda uma hipótese intermediária de aumentar a legenda mínima mais adiante, caso se verifique que as chances eleitorais do PT tenham aumentado dos 20%.



Fala Weffort: O PT, as eleições e a questão do poder

Como a Executiva Nacional do PT está discutindo as eleições de 82? Aqui, Francisco Weffort (membro da Executiva e um dos ideólogos de maior destaque e influência dentro da direção petista) dá um informe, e debate conosco como o PT responde à questão do poder.

Por Flávio Andrade



— Como a Comissão Executiva está preparando a discussão política que haverá no Diretório?

Weffort — A pré-convenção nacional estipulou um prazo até janeiro para termos nossas definições políticas e o lançamento de candidaturas. Na última reunião da Executiva, no entanto, chegou-se à conclusão que o modo privilegiado do PT se preparar para as eleições é, em primeiro lugar, ampliando e consolidando sua própria organização de massa. Por isso uma das metas estabelecidas pela Executiva, e que vai agora como proposta ao Diretório, é a da mobilização de todo o partido numa campanha de filiação e nucleação em massa, visando atingir 2 milhões de filiados até fins de 1982.

Inclusive a Executiva levará também ao Diretório a proposta de que nós não façamos em janeiro, mas só em maio, a escolha dos candidatos do PT. O prazo legal para esta definição é agosto de 82, e nos pareceu que no momento em que escolhermos as candidaturas, a dinâmica mudará drasticamente, da questão da organização partidária para a questão eleitoral.

Ora, com que recursos contamos nós do PT numa guerra eleitoral, que não os recursos de nossa própria capacidade de organização? Então se entrarmos na guerra eleitoral antes de termos maximizado nossos recursos organizatórios — e sem os recursos de jogo que eles tem (o governo, o PP e o PMDB), sem o dinheiro que eles tem e sob a força política repressiva que particularmente o governo tem e usa — então, nós estaremos entrando no jogo de mãos atadas. Temos é que maximizar nossa filiação e nucleação de forma a compensarmos em capacidade de organização.

Nosso trunfo nas eleições: uma campanha já de filiação massiva e consolidação da nucleação, para alcançarmos a força de 2 milhões de filiados no país em 82.

Noutro nível esperamos chegar à pré-convenção de janeiro com um debate dentro do partido sobre um programa político para a conjuntura. Um programa que diga respeito ao plano político, econômico e social. E a idéia que se esboça é a de um programa que seja capaz de pegar questões concretas da conjuntura e propor alternativas.

Por exemplo, no campo econômico, devemos ter propostas imediatas para o desemprego, a dívida externa, a inflação etc. Não se trata apenas de dizer aos trabalhadores que estes problemas só serão resolvidos no socialismo; se trata disso, mas se trata também de dizer aos trabalhadores que estes problemas podem ser pelo menos minorados se adotarmos uma política concreta diante da situação.

Há dentro do partido muita gente que tem medo de fazer propostas, por que tem medo de que isso signifique uma consolidação do capitalismo que nós queremos transformar. Este risco de fato existe. Mas nós temos que — e isto depende de nossa capacidade política — fazer propostas políticas na conjuntura que permitam aumentar a participação política dos trabalhadores de tal modo que as reformas — e não são outras coisas — as reformas que propomos no momento, constituam degraus sobre os quais podemos ir construindo o caminho que nos leve ao socialismo.

O discurso de Lula na convenção nacional conclui com a idéia geral de que nosso socialismo se constrói nos lutas do dia a dia.

Não basta falar no socialismo. O PT precisa também de um programa com alternativas concretas em cima das grandes questões da conjuntura.

— Mas você crê que a estrutura capitalista brasileira de super-exploração, e o regime militar que aí estão, abrirão brechas para alguma conquista dentre as que você mencionou? Veja o que se passou agora com a Comissão pró-CUT: sequer foi recebida pelo governo...

Weffort — Mas o erro está aí; nosso problema não é propor nada ao governo. Este é um equívoco comum quando se fala de propostas concretas. Nosso problema é de mostrar para o povo que não precisa ser assim de jeito que é. É evidente que se você formular propostas deste tipo e for ao governo ele não lhe dará atenção nenhuma.

Temos que entender que o poder já está colocado em cada luta no bairro, na empresa, na escola etc. Nosso problema então é termos uma perspectiva que nos permita acumular poder do nosso lado.

E o problema é que o poder não está só em Brasília, ele está na sociedade toda.

— Você insiste na importância do poder diluído por toda a sociedade; na imprescindibilidade de sua organização e acumulação a favor dos trabalhadores etc. Até aí, de acordo. Você fala também que no momento em que este poder for o suficientemente forte ele muda qualquer coisa. Também de acordo. Mas eu coloco outra questão, a do poder (chamêmo-lo de concentrado, em oposição ao diluído), que está no estado, mais especificamente, concentrado nas forças armadas (e aí em Brasília, na Vila Militar não importa onde). Como o PT vai responder a esta questão da mudança, da derrubada, da tomada do poder que aí está. Sua colocação me parece parcial, unilateral, ao não contemplar esta dimensão central do problema do poder.

Weffort — Não, veja, eu acho que é importante enfatizar este aspecto que eu

coloco porque o outro, o do poder concentrado, é nossa escola, nós estamos carecas de saber. O problema hoje é saber como nos organizarmos para alterar a correlação de forças de tal modo a ser possível uma mudança no centro do poder.

— Isto, uma mudança no centro do poder. É aí que eu quero saber: como você antevê o caminho para isso no Brasil de hoje. Qual a proposta de poder?

Weffort — Na minha opinião pessoal — e que é também de alguns companheiros da Executiva, sem eu poder lhe garantir se da maioria ou não, porque a discussão nunca foi feita formalmente, apenas sei de alguns companheiros que se manifestam no mesmo rumo, o que nós achamos é que se nós formos capazes de uma política de organização popular que começa pela organização do partido, que se traduz numa política de organização e mobilização do povo em torno de programas concretos e específicos, nós teremos uma capacidade de intervenção forte na conjuntura eleitoral, mais forte do que muitos podem imaginar e teremos uma possibilidade de pesar sobre o jogo político partidário que deve vir depois de 1982 de modo muito mais eficaz do que temos conseguido atualmente.

Uma hipótese que se pode colocar é que o jogo de poder depois de 82 vai deslocar de eixo; o jogo do centro do poder. Este regime militar já se esgotou. O governo e o PDS vão perder as eleições e eles vão ser obrigados a um sistema de alianças que deve significar um passo a mais na liberalização política sem que isso altere em uma vírgula sequer o poder de controle dos grupos dominantes sobre o conjunto da sociedade brasileira.

É de se prever depois de 82 uma aliança entre o PDS e o PP e muito provavelmente incluindo também alguns setores do PMDB que vão se eleger como governadores em alguns estados.

Depois de 81, o PDS, o PP e alguns setores do PMDB irão se aliar. O PT será então o único partido verdadeiramente de oposição contra esta aliança.

E aí se coloca a questão: que posição o PT deveria ter numa conjuntura como esta? O PT vai representar uma ponta de lança levando ao aprofundamento das mudanças políticas que surjam neste contexto. Porque o PT não vai participar desta festa. O PT será em muitos estados o único verdadeiro partido de oposição — junto, quem sabe, com alguns setores dos outros partidos.

Pode ocorrer uma pergunta: e como é que fica no plano institucional o problema da Constituinte? Tudo indica que os liberais deixaram cair esta bandeira. Se eles tiverem maioria no Congresso num sistema de alianças que se prevê para 82

eles podem mudar o que quiserem sem Constituinte nenhuma. Mais uma razão para que a nossa perspectiva seja a de assegurar plena autonomia e independência dos trabalhadores tanto no pano do partido — ou dos partidos que se dirigem aos trabalhadores — quanto no plano dos sindicatos, ou de qualquer outro tipo de associação dos trabalhadores.

É porque o PT parte de propostas concretas a respeito de como o poder está em questão no bairro, na fábrica, na escola etc, é que o PT pode conjugar o seu processo de crescimento como partido junto a estas lutas e passar para o plano da discussão do poder no centro do estado sem perder a sua autonomia.

Aí então — especulando — se tivermos força para dotá-la de um novo conteúdo, a Constituinte pode vir a ser importante para o PT colocar mais nitidamente a questão do poder.

— Tudo bem, com isto o PT não é tragado, arrastado para o jogo deles. Mas, mais além disso, como é que do alto de sua autonomia e independência o PT vai colocar a questão do poder? Enfim, é possível ao PT escapar da questão da Constituinte?

Weffort — Eu tendo a imaginar — mas aqui eu entro no plano da especulação, frise — que na medida em que os partidos que representam as forças da burguesia e os setores de classes médias, à volta do PDS, PP e PMDB, na medida em que eles deixem de lado a Constituinte em nome de uma maioria que passarão a ter no Congresso, na medida em que isso ocorra, eu posso até imaginar que a questão da Constituinte venha a mudar de caráter. Eu acho que isso pode vir a ocorrer mas não é o que ocorre hoje. Hoje os liberais e os juristas não tocam neste centro da questão. E assim creio eu, a tendência é da Constituinte ser absorvida pelo regime do mesmo modo como foi a luta pela revogação do AI-5 e outras. A distensão é isto: um processo lento, gradual e seguro pelo qual o regime vai mudando de cara e certos partidos vão mudando de jeito, de oposição vão virando situação.

Na situação que se criará depois de 82, com o PT na ponta de lança da oposição, aí eu posso admitir — como especulação — que a Constituinte possa se tornar uma bandeira importante para um partido como o nosso na medida em que tivermos força para dar a ela um conteúdo novo e, por este meio, colocarmos de uma maneira mais nítida para o conjunto da população brasileira a questão do poder.

E nossa perspectiva agora é mais abrangente, permitindo que amanhã venhamos talvez a dar à bandeira da Constituinte um conteúdo inteiramente diferente do que ela tem tido até o momento.

Nova Iguaçu
Atentados

Depois das denúncias feitas pela Diocese de Nova Iguaçu, em 10 de setembro, das constantes perseguições aos membros das comunidades da Igreja, o PT, com a solidariedade de várias entidades e partidos de oposição, volta a denunciar a escalada terrorista que ameaça, até mesmo, fazer mais uma vítima fatal na região de Nova Iguaçu.

São os seguintes os atentados que o PT denuncia, exigindo que sejam esclarecidos, com a punição dos autores:

1. No início do ano, 300 trabalhadores que ocuparam terras públicas para morar, em Parque Estoril, viram-se cercados por tropas policiais fortemente armadas. Os trabalhadores foram informados de que ali se encontrava um "exército de guerrilheiros", denúncia feita pelo presidente da Associação Rural de Nova Iguaçu, Dr. Lehar Rodrigues, que especulava a terra junto com outros grileiros. Camponeses foram espancados, presos e sofreram atentados de morte, como foi o caso de Eneas Pinto, que, para escapar de seis tiros teve que se embrenhar no mato.

2. Os militantes do PT Enock Cavalcanti, Ramon e Luis foram presos quando ajudavam a solidariedade a trabalhadores da região.

3. Em agosto, Maria de Fátima, presidente da Associação de Moradores de Santo Elias e militante do PT teve sua casa invadida por policiais armados de metralhadora, que alegaram estar "dando proteção" à Associação.

4. O militante do PT Ricardo Bernardes, depois de perseguido por policiais após o ato do 1º de Outubro, vem sendo ameaçado constantemente por pessoas ligadas à PM.

5. A presidente do PT de Nova Iguaçu e membro da Coordenação do Movimento de Associações de Bairros, Maria José de Souza vem sofrendo constantes perseguições e sua casa é vigiada ostensivamente por elementos "desconhecidos". No dia 12 de setembro a casa de seu filho foi "assaltada" por um grupo armado. Diante da reação de vizinhos, os "assaltantes" fugiram. No dia 23 de setembro foi a vez da própria Maria José. Depois de atirarem em seu marido, os indivíduos fugiram, sem levar nada. Esta é a terceira vez que sua casa é "assaltada".

(da Sucursal)

Belo Horizonte
Encontro
popular

A partir da união e organização da população da Região Industrial de Belo Horizonte e Contagem contra a situação precária dos transportes coletivos, muitos bairros puderam comprovar mais uma vez a necessidade de uma maior articulação de todos os movimentos.

Esta comprovação começa a produzir seus efeitos positivos, pois várias associações comunitárias e grupos de moradores juntamente com as Pastorais Operária e de Favelas, a União dos Trabalhadores de Periferia e o Movimento Contra a Carestia iniciaram preparativos para a realização de um Encontro de Bairros, Vilas e Favelas da Grande Belo Horizonte.

O objetivo deste Encontro é definir lutas que unifiquem o conjunto do movimento de uma forma mais permanente e duradoura a partir de uma base que represente o máximo possível os problemas e aspirações dos moradores da periferia.

Os temas definidos para serem discutidos no Encontro são os seguintes: 1) Habitação e Posse da Terra; 2) Transporte; 3) Educação (Creches e ensino de 1º e 2º graus); 4) Desemprego; 5) Organização do Movimento Popular e as Políticas do Governo.

Pretende-se que a preparação seja por regionais abrangendo toda a região metropolitana da Grande BH, garantindo assim o seu caráter democrático e massivo, uma vez que se apoiará em formas organizativas já existentes nas diversas regiões.

(da Sucursal)

Controlar o preço do óleo diesel, dos pneus, chassis e Congelar o preço das passagens. Reorganizar as linhas, horários

TRANS

por Marília Carvalho

Porque as tarifas sobem

Os empresários do transporte urbano de São Paulo justificaram o seu pedido de aumento nas tarifas para o dia 1º de novembro com o aumento salarial dos motoristas e cobradores, 95% deles recebe menos de 3 salários-mínimos tendo, portanto, direito a 110% do INPC. No entanto não dá pra acreditar nessa estória: enquanto a tarifa em São Paulo subiu 69% este ano, o salário-mínimo só subiu 41%.

O que faz o preço do transporte coletivo subir é outra coisa. Em primeiro lugar, estudos divulgados recentemente pelo próprio Ministério do Trabalho ("As Tarifas de Ônibus Urbanos") mostram que os lucros das empresas é que têm crescido e não os custos operacionais do transporte. No Rio de Janeiro, por exemplo, de janeiro de 79 a setembro de 81, as passagens subiram 875% enquanto o óleo diesel subiu 913%, os veículos 600%, os pneus 800% e os salários, que têm o maior peso na composição dos custos subiram apenas 590%. É também o aumento dos lucros, que pode ser diferente em cada cidade, a única explicação para o fato de que, com os mesmos aumentos de custos, Aracaju subiu as passagens em apenas 529%; Recife em 666% e São Paulo em 733%.

O mesmo estudo do Ministério do Trabalho conclui que existe um aumento desnecessário no preço dos transportes devido à desorganização das linhas e à falta de coordenação adequada do sistema e de controle sobre as tarifas. Ou seja, o próprio governo reconhece que as empresas e as prefeituras são incompetentes e desorganizadas. Que poderiam diminuir os custos com um aproveitamento melhor das frotas, redução do consumo de combustíveis, manutenção preventiva e com as prefeituras evitando concorrência de linhas, viagens e itinerários de baixa procura, além de realizar obras de infra-

estrutura, como as faixas exclusivas para ônibus.

Nas palavras do próprio Ministro Eliseu Resende, estes problemas aumentam em 30% o preço das passagens! O que o ministro não disse, depois de acusar com tanta facilidade as prefeituras é que elas praticamente não têm recursos para as tais sobras de infra-estrutura. E mais, que o seu controle sobre as empresas muito condicional é dificultado mais ainda pelo caos que impera, também, nos transportes: em Belo Horizonte, por exemplo, atuam 103 empresas, numa média de 3 linhas por cada uma; no Rio são 126, em São Paulo, 118 empresas.

O ministro omitiu também que outros 15% poderiam ser reduzidos das passagens se o governo deixasse de nos cobrar um imposto de 30 dólares por barril de óleo diesel. A todos os pedidos de subsídios, tanto das empresas, ciosas dos seus lucros, como dos Sindicatos dos motoristas e cobradores, o governo tem respondido com uma estrondosa negativa, que parte direto do gabinete do Ministro Delfim Netto. No entanto, não se trata de subsidiar o óleo diesel, mas de deixar de ganhar, pois o diesel não é vendido pelo seu custo real de 40 dólares (matéria-prima, refino e distribuição somados), mas por 70 dólares, ao preço de antes do aumento de 19% decretado em outubro. Como resultado, como já denunciámos no EM TEMPO (nº 136), o governo está ganhando Cr\$ 30 bilhões anuais dos usuários de ônibus!

É bom lembrar que, enquanto isso, o álcool hidratado, destinado aos carros particulares, é vendido em média a Cr\$ 52,00 o litro, enquanto o seu custo real seria de Cr\$ 58,00 o litro. Isso significa que o governo dá de graça Cr\$ 6,00 por litro que o consumidor individual compra, somando um gasto de 10 bilhões de cruzeiros anuais.

Estas poderiam ser as tarifas

Retirando o imposto de quase 50% que o governo cobra sobre o óleo diesel, as tarifas de ônibus, segundo o prof. Homem de Melo, poderiam ser reduzidas em 15%. O próprio Ministro dos Transportes, Eliseu Resende, afirmou que a incompetência e desorganização das prefeituras e das empresas de transporte aumenta mais 30% nas tarifas. Feitos estes descontos, sua passagem hoje poderia ser esta:

Cidade	Tarifa atual	Tarifa possível
Manaus	16,00	8,80
P. Alegre	22,00	12,10
R. de Janeiro	39,00	21,45
Salvdor	21,00	11,55
S. Paulo	22,00	12,10
Vitória	22,00	12,10
B. Horizonte	24,00	13,20



Gastando cada vez mais

Os gastos com ônibus, única opção de transporte para 60% da população das cidades brasileiras, têm pesado cada vez mais no orçamento da família trabalhadora. Segundo o Ministro Eliseu Resende, em São Paulo as pessoas com renda até dois salários mínimos gastavam 3% do orçamento mensal com passageiros, em 1970. Em 1975, esse gasto subiu para 5% e, em 1978, para 12%. De janeiro de 1979 a setembro de 1981, as passagens paulistas subiram 733%, enquanto os salários aumentaram apenas 590%.

Calculando sobre uma média de quatro viagens por dia, o Movimento Contra a Carestia mostra que o peso dos transportes para o trabalhador de um salário-mínimo em São Paulo era, na verdade, de 22% em 1970 e hoje subiu para 31%.

O Ministério dos Transportes, com base

em 25 viagens mensais (duas por dia, sem os domingos e considerando que, de toda a família, só uma pessoa utiliza ônibus) calculou para o Rio, cidade onde as tarifas são mais altas, 57% do salário-mínimo, pela tarifa maior, e 23% pela predominante (Cr\$ 39,00). Para São Paulo, 40% com a tarifa máxima e 13% com a predominante (Cr\$ 22,00). A cidade com tarifas mais baixas é Curitiba, onde os preços predominantes significam 10,3% do salário-mínimo.

Tudo isso é agravado por pelo menos dois fatores: a rotatividade de empregos, que dificulta ao trabalhador morar perto do serviço e a especulação imobiliária, que expulsa as famílias pobres para a periferia. Segundo o Prof. Cândido Malta Campos Filho, da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, pelo menos metade das cidades

brasileiras estão vazias. O enorme número de horas gastos dentro dos ônibus não é apenas porque as cidades são grandes, mas porque são injustamente distribuídas.

Cinicamente, o ministro Eliseu Resende afirmou que "o ideal é que o peso não exceda os 10%", quando a lei que regula o salário-mínimo no Brasil diz que os gastos com transporte não devem ultrapassar 6% do salário. Mais chocante ainda é que esta mesma lei prevê que o trabalhador, em algumas capitais, como é o caso de Campo Grande, Goiânia e Cuiabá, não tem nenhum gasto com transporte.

A verdade, que nem o estudo do Ministério dos Transportes pôde esconder, é que "as populações mais pobres já não usam o ônibus". E Deus salve as solas dos sapatos!

carrocerias. Estatizar as empresas de ônibus.
e frotas. Com estas medidas, o governo resolveria o problema.

PORTE

As propostas do governo Desconforto e desemprego

Depois dos quebra-quebras na Bahia e de movimentações em Belo Horizonte, Goiânia, Manaus, Florianópolis, São Carlos (SP), e Piracicaba (SP), o governo federal, através do Ministério dos Transportes, começou a propor algo mais que tropas de choque para resolver o problema dos transportes urbanos. As tarifas, tiradas do controle do Conselho Interministerial de Preços (CIP), devem agora ser definidas pelas prefeituras que, diante do ano eleitoral, não querem assumir altas de preços, necessariamente impopulares. Acontece que as empresas, decididas a salvaguardar seus lucros, pressionam no sentido de repassar todos os custos — os pneus, chassis e carrocerias também saíram do controle do CIP — para as passagens. É nesse jogo de empurra, as prefeituras culpando o governo federal e este culpando as prefeituras, é que vêm sendo levantadas algumas propostas.

Desconforto e catraca biônica não diminuem tarifas

As primeiras "soluções" foram apresentadas pelo próprio ministro dos transportes, Eliseu Resende, ainda em agosto. Mas ônibus sem bancos, ou com uma fila única de bancos, assim como as catracas automáticas, que gerariam cerca de 100 mil desempregados, acabando com a categoria dos cobradores — mostraram-se ambas muito impopulares. Portanto, não se fala mais nelas, enquanto sua implantação vai se fazendo de maneira lenta, segura e gradual. Belo Horizonte e Rio de Janeiro já conhecem os ônibus com uma fila única

de bancos há alguns anos. Curitiba, Goiânia, as cidades do ABCD e os novos microônibus a álcool da CMTC paulista já são servidos pelas catracas eletrônicas.

A experiência das linhas intermunicipais do ABCD paulista é muito ilustrativa a esse respeito. Desde 1975, as empresas substituíram os cobradores por catracas biônicas, ficando os motoristas com a dupla função de conduzir o veículo e ainda cuidar do troco. O resultado tem sido o aumento significativo do número de acidentes nessas linhas. A causa mais freqüente, segundo policiais que costumam atender às ocorrências, é o estado de nervosismo, cansaço e desatenção a que os motoristas se vêem reduzidos, numa jornada de até 14 horas sem interrupção, com dupla função.

Apesar de tudo isso, as tarifas dessas linhas não deixaram de aumentar, acompanhando os preços da Capital. Segundo o Sindicato dos Condutores de Veículos do ABCD, o custo de cada catraca está hoje em torno de Cr\$ 400 mil e os bilhetes magnetizados, necessários para fazer funcionar o sistema, a Cr\$ 2,00 cada um. Multiplicando pelos 20 mil passageiros transportados por mês em cada ônibus, os bilhetes saem ao dobro (Cr\$ 40 mil) do que gastaria a empresa com salários e encargos sociais com um trocador (por volta de Cr\$ 25 mil).

Tarifa social a perder de vista

Mais recentemente, através do estudo divulgado pelo Ministério dos Transportes,



o governo propôs outras medidas. Em primeiro lugar, a tarifa unificada, baseando-se no fato de que as três capitais onde ela não existe (Rio, Salvador e Belo Horizonte) possuem os maiores preços de passagens. A longo prazo e de uma forma imprecisa, o documento propõe uma "tarifa social": preços mais baixos para trabalhadores com menos de dois salários mínimos. Mas não diz quanto mais barato, quando será adotada a medida, nem de que forma se fará esse subsídio, chamado de "subsídio direto", pois não deverá passar pelas mãos das empresas ou prefeituras. E, de quebra, ainda qualifica o passe escolar, existente em algumas cidades, como "uma indiscriminada transferência de custos", esquecendo-se que são os próprios filhos dos trabalhadores de baixa renda a maioria dos estudantes de 1º e 2º graus.

Aos pedidos de subsídio feitos por prefeituras, órgãos públicos e empresas, a fim de fornecer passes mais baratos, o governo federal sugeriu que "essas próprias instituições transportem os seus funcionários", deixando bem claro que do Planalto não sai um tostão.

As alternativas populares Congelamento, estatização e meio passe

A luta contra o aumento das tarifas, associada à luta por melhores condições de transporte — mais linhas, conservação dos carros, horários etc — tem sido assumida conjuntamente por setores que vão das entidades estudantis (que estiveram à frente do movimento em São Carlos, por exemplo), às associações de bairro, núcleos do PT e do movimento contra a carestia e os Sindicatos de Condutores de Veículos (que vêm se articulando a nível nacional em defesa dos cobradores).

Nessas lutas, quatro linhas de reivindicações são fundamentais:

1 - Pelo congelamento do preço das tarifas.

As tarifas vêm aumentando mais do que os salários, pesando cada vez mais no orçamento do trabalhador. Se o governo controlasse o preço dos itens que compõem os custos dos transportes (pneus, veículos etc) e vendesse o diesel a seu custo real, sem impostos, as tarifas poderiam ser diminuídas e congeladas. Mais do que isso, as empresas têm tido seus lucros aumentados, repassando tudo para os usuários.

2 - Pela estatização de todo o sistema de transporte urbano.

A única maneira de fazer com que o item lucro deixe de definir o preço das passagens é transferir a responsabilidade pelo transporte coletivo para o Estado,

através das prefeituras. Esta é também a única maneira de fazer valer as propostas do próprio governo de aumentar a eficiência dos transportes, que supõem um nível de centralização e controle pelas prefeituras sobre as linhas, horários, manutenção dos carros etc.

3 - Quem mora mais longe e pior tem que tomar mais ônibus, que muitas vezes são mais caros. Pela meia passagem aos trabalhadores e aposentados até três salários mínimos, pela defesa e ampliação do passe escolar, passe livre para o desempregado.

4 - Por melhores condições de trabalho e melhores salários para motoristas e cobradores. Contra a catraca automática. Contra os ônibus sem bancos.

Rio Grande do Sul Luta contra a poluição

Na tarde do dia 16 de outubro, o vice-governador do Rio Grande do Sul, então governador em exercício, Otávio Germano anunciou que os resíduos oriundos do III Pólo Petroquímico, em processo de instalação em Triunfo (RS), seriam despejados na Lagoa dos Patos, mais exatamente na Ponta da Formiga. Dizendo que os efluentes do Pólo, antes de serem lançados na Lagoa, sofreriam um tratamento terciário, com carvão ativo, o vice-governador tentou convencer a intranquila população gaúcha de que tal atitude em nada prejudicaria a fauna, a flora, nem as pessoas que vivem na região.

Apesar do governo afirmar que não era uma posição definitiva, sabe-se através de recentes denúncias, que os "Tubões" que conduzirão os detritos (cujo orçamento é de 6 milhões de cruzeiros) já estão sendo construídos, sob a alegação de serem tubulações para irrigação de arroz.

Os técnicos da Fundação Padre Rambo, como as demais entidades ecológicas do Estado, estão preocupados com a situação, uma vez que a carga poluente é imensa. Considerar apenas a opinião do governador em exercício de que "o Pólo não polui, o que polui é a miséria", é fugir da realidade. É inevitável que o Pólo, na medida em que deixará, segundo os pescadores da Lagoa, cerca de 50 mil pessoas sem emprego, trará miséria e também, sem a menor dúvida, poluição.

Poluição e miséria

Segundo o biólogo Carlos Alberto Gomes, com o tempo, as formas biológicas terminam por absorver a carga tóxica e, por processo de migração, os resíduos acabam alcançando lençóis subterrâneos, indo muito mais longe que os limites determinados hoje pelos responsáveis pelos estudos.

O Departamento do Meio Ambiente da Secretaria da Saúde comunicou que vai exigir de quem definiu o local de despejo dos efluentes, os resultados dos estudos que levaram a esta decisão, uma vez que onde quer que sejam colocados, os efluentes sempre trarão problemas.

Para o geneticista Flávio Lewgoy, a única saída é que os efluentes sejam reciclados dentro do próprio Pólo Petroquímico, pois assim "eles próprios terão interesse em controlar e fiscalizar os detritos para impedir a danificação de seus equipamentos". Ele espera ainda que a posição do governo não seja definitiva, para que ao menos se consiga minimizar os problemas, já que "nem eles mesmos sabem a dimensão exata das conseqüências que os efluentes trarão".

Entidades ecológicas na luta

A Comissão de Luta contra o III Pólo, em Porto Alegre, está lançando um abaixo-assinado, como primeiro forma de luta. Conclamamos as entidades e pessoas de todo o Brasil dispostas a combater o III Pólo Petroquímico, a copiarem o texto do abaixo-assinado, reforçando a luta da população gaúcha em defesa de seu ambiente. As cópias, depois de preenchidas, podem ser encaminhadas à sede ou às sucursais do EM TEMPO.

"Nós abaixo assinados nos posicionamos contrários ao destino que vem sendo dado aos resíduos do III Pólo Petroquímico e exigimos da Assembléia Legislativa do Estado, e de todas as autoridades nos mais diversos níveis, um amplo debate público a fim de esclarecer todas as questões (ecológicas, econômicas e sociais) referentes ao mesmo."

(da Sucursal)

A humanidade vive momentos de tensão diante do desespero imperialista

A resposta do mundo à insanidade nuclear

No dia 16 de outubro, o presidente dos Estados Unidos, convocou uma coletiva de imprensa, para anunciar os planos militares de seu governo. Suas palavras provocaram estupor e indignação em todo o mundo: "É possível utilizar armas nucleares táticas — disse Ronald Reagan — contra tropas no campo de batalha, sem que isto conduza a uma das grandes potências a apertar o botão". O "botão", como se sabe, é uma alusão ao instrumento que dispararia os mísseis atômicos intercontinentais capazes de alcançar seus objetivos em trinta minutos e destruir a vida humana sobre o planeta em poucas horas.

Com seu anúncio, Reagan admite que os esforços de seu governo em instalar mísseis Pershing e Cruise na Europa Ocidental têm como objetivo reduzir o teatro de guerra, obrigando a União Soviética a concentrar seu fogo na Europa, permitindo aos EUA desencadear uma guerra atômica de caráter "tático". Tem-se que pensar só um minuto o que significa planificar uma "tática", que supõe a destruição da Europa, o holocausto atômico de 500 milhões de pessoas, para intuir os objetivos estratégicos dessa política e ter uma idéia da demência definitivamente inqualificável dos chefes e beneficiários do capitalismo mundial.

Os personagens e a história

A imprensa internacional fugiu duramente as declarações de Reagan, ressaltando sua torpeza política e a brutalidade e o simplismo de seu estilo.

Porém, Reagan não é significativamente mais imbecil do que Carter, mais torpe que Ford ou mais brutal do que Nixon. Acontece sim, como tantas vezes na história, que a tragédia, quando não encontra a tempo sua resolução, adquire caráter de farsa. Mas é de um simplismo imperdoável — e talvez consciente e deliberado — jogar sobre os ombros de um personagem mínimo como Reagan a responsabilidade de possibilidades tão transcendentais como uma guerra atômica. Se a humanidade corre perigo não é porque um incompetente, um aventureiro carente de toda formação teórica e humanística esteja no governo dos Estados Unidos.

Mas, pelo contrário, é precisamente porque a humanidade corre perigo por causa dos espasmos agonizantes do capitalismo, porque a política dos EUA não pode ser

defendida com razões, com talento e perspectivas históricas, é por isso que sobem ao governo, um após outro, personagens ridículos e incapazes. A distância que há entre George Washington ou Abraham Lincoln e Jimmy Carter ou Ronald Reagan é precisamente a que vai de um sistema social pujante capaz de avançar historicamente e esse mesmo sistema esgotado, agonizante e encurralado.

O mundo não se divide — como pensam os filhos e os netos de Stálin e Mao — em um "campo socialista" e um "campo capitalista". Como as nações, o planeta se divide em classes: proletários e burgueses. O chamado "campo socialista", para começar, não é socialista. Porque o socialismo é a afirmação da liberdade e a democracia para as grandes massas e é uma meta impossível de ser alcançada plenamente por um país ou grupo de países enquanto o mercado mundial esteja regido pelas leis do capitalismo. Também não é um "campo", porque como se sabe, a China procura hoje descaradamente aliar-se com os EUA contra os URSS. Nem "campo" nem "socialista", esse inimigo contra o qual se prepara a guerra atômica está constituído pelos Estados Operários — que somam mais de um terço da humanidade e pelos explorados e oprimidos do mundo capitalista.

O fato de que quase a totalidade destes Estados Operários estejam governados por uma burocracia conservadora que trava o desenvolvimento da revolução social nacional e internacionalmente — fato que deixou de ser uma análise de Trotsky para se converter numa bandeira internacional de luta em virtude das sublevações dos operários poloneses — já não é mais uma garantia para a estabilidade política a escala mundial e muito menos para o sistema imperialista.

Derrotas na Ásia na África e na América Latina

Jogando no lixo as mil e uma "teorias" de direita e esquerda que pretendiam negar as análises de Karl Marx, a crise econômica se instalou na última década nos países capitalistas desenvolvidos sem que se vislumbre uma solução. Vinte e cinco milhões de desempregados nos EUA, Europa e Japão estão aí para testemunhá-lo.

Por outra parte, desde que os vietnamitas lançaram a ofensiva que culminaria com a derrota yankee no sudeste asiático, o guardião mundial do capital só retrocedeu frente aos triunfos revolucionários nos países subdesenvolvidos: na África, Ásia e América Latina, as vitórias

Continuamente derrotado, o imperialismo se joga no caminho da guerra. 500 mil nos EUA, 300 mil na Alemanha Federal, 200 mil na Inglaterra, 100 mil na Espanha, 200 mil na Bélgica: as massas se movimentam contra a chantagem atômica do imperialismo. Enquanto isso, a revolução avança na América Central e os operários poloneses apresentam seu exemplo para os Estados operários burocratizados.

Por Marcelo Zugadi



anti-imperialistas e anti-capitalistas se firmaram de maneira irreversível enquanto os êxitos contra-revolucionários (no Cone Sul da América Latina, por exemplo) só conseguiram assentar bases para crises ainda maiores e alimentar as sublevações das massas.

O poderoso e arrogante império teve que engolir o desafio das tropas internacionalistas cubanas, deslocando-se para outro continente para defender os triunfos revolucionários na África. Em 1979 teve que admitir, paralisado, a perda de sua principal base militar contra a URSS, quando as massas derrubaram o Xá do Irã. Pouco depois, caiu Somoza para que se reerguesse a Nicarágua e colocar em pé de guerra toda a região da América Central sem que os EUA pudessem conter o processo.

Os enganosos "êxitos" na Europa...

Enquanto este processo se gestava e desenvolvia, o curso político da Europa Ocidental e do próprio EUA, tomava um rumo aparente que, além de confundir e desarmar a não poucos marxistas, mascarou a crise e retardou a sua explosão. Em Portugal e na Espanha conseguiram se instalar governos conservadores; Inglaterra e França reforçaram esta tendência aparente, escolhendo a Margaret Thatcher e dando maioria parlamentar a Giscard D'Estaing; os partidos social-democratas cediam os governos nos países nórdicos às forças conservadoras. Finalmente, o troglodita Regan era eleito o presidente dos EUA.

Após trinta anos de bonança capitalista, a crise revelava os grandes partidos operários domesticados e as massas, influenciadas ideologicamente pelo "boom" da sociedade de consumo, recolhiam-se sobre si mesmas e até davam um pingo de crédito ao liberalismo capitalista.

O que restou dessas "vitórias" na sociedade burguesa da política imperialista? Nada, exceto seu reflexo paralisante em certas consciências.

E o avanço da social-democracia

O triunfo de Mitterrand na França marcou o ponto de inflexão na dinâmica dos países avançados. Mitterrand não é o socialismo. Mas ganhou as eleições porque as massas francesas já não aceitavam mais a receita capitalista

para a crise. Independentemente dos objetivos de Mitterrand, isso foi um duro revés para o imperialismo.

Na semana passada, triunfou nas eleições gregas o candidato socialista. No momento em que a morte de Sadat coloca em xeque os planos norte-americanos para o Oriente Médio, a vitória de Andreas Papandreou traz o debilitamento extremo, senão a perda direta do flanco sul da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A Grécia é a base principal da CIA para a espionagem na URSS e os Estados Unidos projetavam instalar aí mísseis atômicos apontando para o coração soviético.

A pressão da Grécia repercutirá com a maior força na Espanha para dificultar a incorporação deste país à OTAN. Já houve imponentes manifestações contrárias à sua entrada e o PSOE (Partido Socialista Espanhol) não poderá ignorar que um dos pontos principais no programa de Papandreou foi precisamente a retirada da Grécia da OTAN. O governo da Espanha está extremamente debilitado e seja através de eleições normais ou adiadas ante a eventual queda do primeiro-ministro Calvo Sotelo, o PSOE será seguramente o vencedor.

A crise da OTAN

A questão da OTAN e da instalação de mísseis também é candente na Inglaterra. O Partido Trabalhista, no seu recente congresso, definiu-se pelo desarmamento unilateral da Inglaterra, pela oposição da instalação dos mísseis Cruise e contra o plano de Thatcher de adquirir submarinos atômicos Trident. Um terço dos votos ao Congresso se opôs à permanência da Inglaterra na OTAN. O Labour Party está hoje na oposição, mas tudo leva a crer que o governo de Margaret Thatcher não sobrevirá ao próximo inverno (verão do hemisfério sul) e que a social-democracia britânica ocupará o seu lugar.

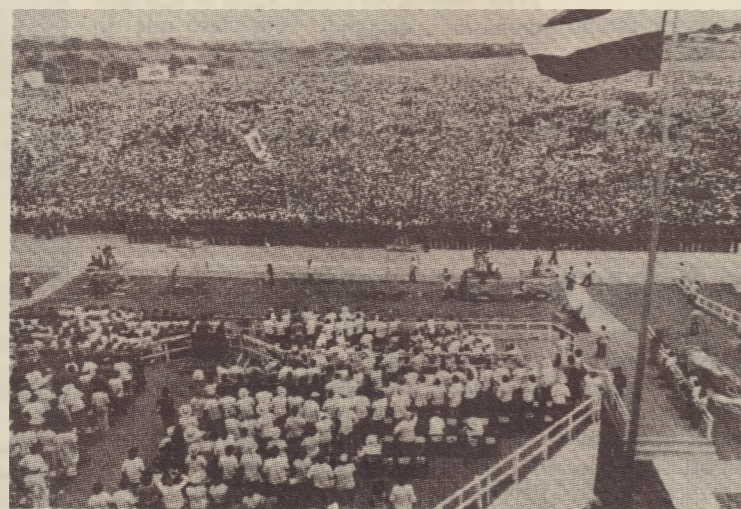
Temos que lembrar que dentro do Labour Party a ala esquerda tem se fortalecido ao ponto de por em xeque a direção tradicional: no Congresso, Tony Benn, líder da fração de esquerda, obteve 49,57% dos votos, contra 50,42% da direita.

Na Alemanha Ocidental, centro político e militar dos planos da OTAN, a repercussão da declaração de Regan foi enorme. O deputado social-democrata Erwin Horn, vice-presidente da Assembléia do Atlântico Norte, decla-

AMÉRICA CENTRAL

O elo mais fraco

Uma excelente mostra dos resultados que está obtendo a política de Reagan pode ser vista na América Central. A chantagem econômica e as ameaças da invasão contra a Nicarágua não impediram que a direção sandinista avançasse sistematicamente seus planos revolucionários, como demonstra a recente prisão do presidente do COSEP (Conselho da Empresa Privada) e outros quatro dirigentes empresários, que tinham assinado um manifesto no qual acusavam a FSLN de estar levando o país ao socialismo.



Julho 1981: manifestação em Manágua

de Libertação Nacional (FMLN).

A administração Reagan está buscando outra alternativa. Quando no dia 20 de setembro passado, Duarte chegou aos EUA para pedir mais armas e dinheiro, não somente não con-

seguiu o que pretendia, como teve que sofrer um olímpico desprezo do governo. "Reagan guarda distância", dizia o *New York Times*, "a Casa Branca evitou deliberadamente toda manifestação de calor em sua recepção. Não houve nenhum cenário formal nem grandes

recepções com Guarda de Honra (...)".

A explicação dessa frieza está nos sucessivos êxitos militares da FMLN (ver ET nº 136), admitidos pela própria imprensa imperialista. *The Times* de Londres se referiu a um informe segundo o qual o exército está perdendo 10% de suas tropas anualmente, sob o fogo revolucionário. Como contrapartida, indica esta fonte, a FMLN conta atualmente com uma força de seis mil homens que operam em grupos de 100, bem superiores aos comandos de cinco ou seis homens que atuavam no ano passado.

Naturalmente, o imperialismo não se rende. Agora ele está tentando uma aliança das forças armadas da Guatemala, Honduras e El Salvador, e a alternativa de invasão (a junta militar argentina oferece inclusive a sua colaboração) é sempre colocada.

Mais de 800 organizações tomaram a cabeça desta marcha, composta pela Igreja, setores da

(M.Z.)

EUROPA

O povo nas ruas pela paz

Ganha força em vários países europeus a reação contra a corrida armamentista, com a realização de grandes manifestações de rua. A origem de tudo está nos acordos estabelecidos entre os vários países da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) em 1979, quanto à instalação de mísseis nucleares: a partir de 1982 e durante dois anos, mais de 570 mísseis Pershing 2 e Cruise, serão instalados em cinco países.

Só na Alemanha Ocidental — onde a OTAN detém a maioria do seu poder de fogo — serão postos 108 Pershing e 100 Cruise. Por isto, no último dia 10 de outubro, mais de 300 mil pessoas tomaram todas as ruas de Bonn para protestar contra o rearmamento imperialista. Foi a maior manifestação havida desde o término da última guerra mundial.

Mais de 800 organizações tomaram a cabeça desta marcha, composta pela Igreja, setores da

Social-democracia, sindicatos, a totalidade dos partidos de esquerda, grupos anti-nucleares e ecologistas.

"Nós exigimos que o governo da RFA — dizia o manifesto dos organizadores da manifestação — e os dos países membros da OTAN tirem seu acordo quanto à decisão de instalação de novos mísseis, para permitir que se abra o caminho à redução das armas nucleares na Europa do leste e do oeste. O objetivo é o de implementar um amplo processo mútuo de desarmamento".

O Partido Social Democrata (SPD) já vivia intensa crise. Mais de 55 deputados (um quarto do grupo parlamentar) apoiaram e foram para as ruas manifestar, bem como a juventude do SPD. Ao mesmo tempo, federações inteiras deste partido declararam-se abertamente contra a política nuclear. Em Munique, por exemplo, todo o SPD exigiu de Schmidt a "anulação

mais rápida possível da decisão de rearmamento da OTAN". Eugen Loderer, o presidente da poderosíssima central sindical IG-Metal (mais de 2 milhões de membros) criticou veementemente a política do governo.

Em Madrid, já no dia 4 de novembro, mais de 100 mil pessoas manifestaram-se contra a entrada da Espanha na OTAN ("queremos evitar a catástrofe" diziam eles). Agora, no último dia 24 de outubro, Londres viu mais de 200 mil pessoas (dentre elas todos os parlamentares do Partido Trabalhista, da oposição) protestaram contra a "loucura belicista". Além disso, milhares de pessoas tomaram as ruas de Roma com o mesmo objetivo.

Na agenda anti-nuclear ainda consta Paris, Bruxelas e Amsterdã. Por aí dá para se perceber que não vai ser fácil ao imperialismo americano criar o "teatro de guerra europeu".

(Wagner Cardoso)

POLÔNIA

Instabilidade do sistema

A estabilidade internacional dependeu no pós-guerra dos acordos de Potsdam e Teerã celebrados entre os EUA e URSS. Para a burocracia stalinista e pós-stalinista, a defesa dos Estados Operários e de seu próprio poder não passava pela extensão da revolução mas sim por sua contenção e pelo fortalecimento de seu poder burocrático. A revolução política que está sendo realizada pelos operários poloneses, longe de favorecer o imperialismo, converte-se em um foco mais, e de vital importância de instabilidade do sistema imperialista mundial.

As resoluções aprovadas pelo Congresso do Solidariedade, após quase um mês de debates, mostraram que o duplo poder continua em marcha na Polônia. "Nós somos uma organização que concentra as características de um sindicato e as de um imenso movimento social (...) queremos ser o motor do renascimento nacional", afirmaram as resoluções. E vão além: "nos bateremos para instaurar uma

República auto-governada na Polónia". A isso se seguiram a resolução sobre a autogestão operária, configurando o programa alternativo do sindicato nos campos social, econômico, político e cultural.

A continuidade das greves e manifestações, apesar dos mandos (e desmandos) da direção do sindicato, fizeram com que fracassasse a linha "moderada" do POUP. Na última reunião do comitê Central do POUP, o primeiro-ministro cedeu seu posto para o então general-presidente Jarzelski. Com isso, o Exército espera "retomar as rédeas da Polónia, mobilizando o seu contingente para evitar o caos social e organizar melhor o abastecimento de alimentos." A verdade é que a única instituição que aparentemente se mantém quase intacta é o Exército.

Por outro lado, um indicio importante de desagregação no meio militar transpareceu recentemente. O jornal do Solidariedade publicou em 29 de setem-

bro uma entrevista com um dos quatro mil milicianos que vieram ao congresso sindical para pedir apoio à constituição de um "sindicato de milícias autogeridas". "Nós somos — e garantem que somam mais de 50 mil milicianos — filhos de operários, de camponeses ou de funcionários públicos. Queremos nos ocupar dos reais interesses da sociedade e não do de alguns poucos..." Fica claro que se as "milícias" já sofreram as consequências do Solidariedade, o Exército também pode ser afetado.

Ultimamente, um movimento grevista que soma mais de 400 mil trabalhadores e se alastra por dezenas de cidades, além da decisão de realizar uma greve geral de umahora no dia 29 de outubro, deixam ainda mais preocupados os burocratas que, enquanto vêm rir suas últimas instituições esclerosadas, admiram amedrontados a força do Solidariedade, que cada vez mais faz escola.

(Wagner Cardoso)

rou que "se o governo dos EUA adotar a filosofia de Reagan em matéria de defesa, isso provocará o rompimento da Aliança Atlântica".

A crise da OTAN, complementa-se com a tentativa falida dos norte-americanos de formar uma OTAS, que cumpra o papel da OTAN no hemisfério Sul. Uma medida clara do tipo de dificuldades que travam a ação do guardião mundial está dada pelo fato de que seja a oposição do Brasil o que impede a formação da OTAS.

Este quadro expressa em última análise, o curso da luta de classes à escala mundial e uma relação de forças que no plano social é cada dia mais desfavorável para as potências imperialistas, empurrando-as para o terreno no qual mantêm ainda a primazia: a guerra.

A guerra é a solução

Conscientes desta dinâmica e da impossibilidade de reverter-la através de meios políticos, os EUA têm se lançado já a uma política de guerra.

Segundo um documento secreto que os assessores de Reagan prepararam em maio de 1980, durante a sua campanha eleitoral, "a guerra e não a paz é a norma que rege os assuntos internacionais (...) Conter a URSS não é suficiente (...) Em todas as partes, os EUA estão em retirada", confirmam os assessores de Reagan.

Os fatos estão demonstrando que são precisamente estes os critérios que os EUA estão aplicando para que não se cumpra a segunda possibilidade da alternativa que o documento coloca para o imperialismo: "tomar a iniciativa ou perecer".

No seu discurso perante a 68ª Conferência da União Interparlamentar, em setembro passado, Fidel Castro denunciou cinco fatos de guerra promovidos pela administração Reagan: "1.º seus atos intervencionistas em El Salvador, armando e assessorando um governo terrorista que assassinou a mais de vinte mil filhos desse povo nobre e heróico. 2.º, o bombardeio do governo sionista de Israel contra o centro de pesquisas do Iraque (...) 3.º, os brutais bombardeios sionistas contra o Líbano (...) 4.º, a provocação iniciada no Golfo de Sirte contra a Líbia, derrubando dois aviões líbios que vigiavam as costas de sua pátria. 5.º,



300 mil em Bonn, Alemanha, contra a guerra nuclear

a criminoso invasão e os bombardeios da África do Sul contra Angola".

As declarações de Reagan fazem parte desta escalada, que não termina aí nem se limita às forças comunistas. "A política externa dos EUA — disse o documento citado — deve começar a enfrentar (e não simplesmente reagir a posteriori) a teologia da libertação tal como é utilizada na América Latina". O catecismo de Reagan ocupa-se também dos sindicatos: "trabalhando com e através da AFL-CIO (Central Operária norte americana), os EUA fomentará o movimento sindical livre na América Latina". Mas o centro da ação planejada não é político mas militar: "O preço que Havana deve pagar (pelas suas atividades subversivas) não pode ser pequeno. Os primeiros passos devem ser francamente punitivos (...). Se a propaganda falhar, deve se lançar uma guerra de libertação contra Castro".

Para levar adiante seus planos, os EUA formaram recentemente a "Força de Intervenção Rápida", com 200 mil homens em condições de desembarcar em 24 horas em qualquer ponto do globo.

A última notícia sobre a escalada bélica anuncia que Reagan lança agora uma manobra militar no Oriente

Médio, destinada a restaurar o precário equilíbrio desta zona, rompido com a morte de Sadat. Apontada diretamente contra a Líbia, Etiópia e Iêmen do Sul, a operação "Bright Start" composta de cerca de 10 mil homens, se levará a cabo durante todo o mês de novembro e prevê simulacros de bombardeios com os aviões B-52 (atômicos), desembarque de paraquedistas no Sudão, controle de fronteiras com os aviões radar AWRCS e manobras no deserto.

O socialismo e o futuro da humanidade

Mas esta agressiva política externa requer não só o sangue dos soldados norte-americanos mas também dinheiro da população para financiar a enlouquecida carreira armamentista. E isso não só contribui para aprofundar a crise econômica mundial mas está provocando uma crescente oposição interna como demonstrou a manifestação de 500 mil pessoas em Washington no dia 19 de setembro último (Ver EM TEMPO n.º 136).

"Salvaremos a paz — disse Fidel Castro, no final do discurso que já citamos — se seus inimigos sabem que estamos dispostos a morrer por ela antes de nos submetermos à chantagem e ao medo".

Isto supõe avançar no caminho da revolução tanto nos países sub-desenvolvidos, como nos centros imperialistas e nos Estados operários degenerados. Somente a luta vitoriosa pelo socialismo pode amarrar as mãos dos assassinos nucleares. A brutal contra-ofensiva é antes de mais nada, o reflexo de sua impossibilidade para continuar controlando o mundo como até agora. A intransigência e o isolamento de Reagan na Conferência Norte-Sul, realizada em Cancun (México), demonstra precisamente isto. E o fracasso desta reunião indica a inviabilidade de soluções reformistas à crise mundial.

Um míssil instalado nos EUA toma trinta minutos para alcançar seu objetivo na URSS. Se instalado na Europa, o trajeto será cumprido em somente 4 minutos. A tecnologia reduz a nada o tempo e a distância. Uma estratégia que desconsidera esta realidade carece de toda perspectiva: com sua loucura belicista, o capitalismo corou sua obra de integração do planeta a uma única e indissolúvel realidade política. Resta ainda que o proletariado mundial unifique e integre sua resposta.

TREMEM AS BASES DA OTAN

A vitória socialista na Grécia

Cinco meses após a vitória socialista na França, agora foi a vez dos gregos: o PASOK (Movimento Socialista Pan-Helênico), o partido socialista grego, toma a direção do país. Quarenta e sete por cento dos votos bastaram para que no dia 18 de outubro a esquerda ocupasse a cabeça do estado que já teve uma ferrenha ditadura militar durante o período de 1967-1974 e um governo conservador que muito pouco fez pelo povo grego. Agora serão 174 deputados socialistas, juntamente com os 13 deputados do Partido Comunista dito do "exterior" (pró-URSS), a constituírem aquilo que Papandreou chama de "um governo de todo o povo". A "Nova Democracia" — o antigo partido governante — sofreu um grande revés, obtendo apenas 123 cadeiras.

Esta recente e esmagadora vitória do PASOK mostra-nos algumas coisas. Primeiro, a contínua fibra de um povo que bateu-se com unhas e dentes, durante a Segunda Guerra Mundial, criando milícias populares por todo o país contra o invasor nazista. E o mais importante é que, apesar da vergonhosa traição stalinista quando dos acordos de IALTA em 1945 em que Stálin cedeu a Grécia a Churchill. Vale notar que essa traição do PC grego deixou profundas marcas no seu seio pois ele veio sofrendo contínuas



cisões e a mais importante, ocorrida em 1968, não só deu origem aos dois PCs hoje existentes — o "exterior" e o do "interior" (eurocomunista) — como também forneceu amplas bases para o atual PASOK.

Além disso, o contexto de crise econômica mostrou às amplas massas que a política da direita só levava ao caos. A "Nova Democracia", que tomou o governo em 1974, após a queda da "ditadura dos coronéis", não conseguiu, como pretendia, "modernizar" a economia. Foi incapaz de superar as fraquezas estruturais do capitalismo grego e enfrentar seriamente as transformações da agricultura e da indústria impostas pela entrada

da Grécia no Mercado Comum Europeu em janeiro deste ano. E como saldo deixa uma queda violenta nos investimentos, o aumento prodigioso da dívida externa, um desemprego massivo e uma inflação de 25%.

Desafios e ameaças

Com a entrada no Mercado Comum, uma série de culturas tradicionais ruiu provocando o empobrecimento de amplas camadas de camponeses. E com isso a dependência externa aumentou. Dessa maneira o antigo governo de George Rallis, cristalizou nas massas a real "vontade de mudanças" como se dizia ultimamente em Atenas. As constantes greves e manifestações

sociais demonstravam isso a todos.

A exemplo do PS francês, Papandreou promete realizar nacionalizações em setores bancários e industriais, uma reforma educacional, a ampliação dos serviços sociais e uma "política externa independente". O reconhecimento da OLP e o convite para que Arafat visite Atenas vão no sentido de uma "abertura às forças progressista".

Mas o nó gorgio mesmo é a questão da OTAN. "A Grécia é um elemento absolutamente indispensável à Aliança Atlântica" declarou recentemente o secretário de Estado americano Alexander Haig. País chave

para a estabilidade do Mediterrâneo, contendo em seu território inúmeras bases americanas destinadas à vigiar a URSS, a Grécia mesmo que retirando-se "gradativamente da OTAN", como declarou o pouco o chefe do PASOK, poderia modificar todo o jogo militar estratégico. Por seu lado, a OTAN só se meteu em embrulhadas: apoiou o golpe de Estado dos coronéis em 1967 e ajudou a invasão de Chipre pela Turquia em 1974. Porisso, é vista pela população grega como uma "inimiga de morte", o que obrigou o PASOK a integrar tal reivindicação em seu programa.

Quanto ao PASOK, as coisas também não lhe serão fáceis. Apesar de Papandreou — que é filiado à Internacional Socialista — prometer "fidelidade à Constituição" e "realizar mudanças estruturais e profundas dentro da legalidade", a existência de um presidente da República, Constantin Caramanlis, membro da direita, pode abrir caminho a uma grave crise política.

De qualquer maneira, com todos os "reformismos" e "cautelos" que se arma o dirigente socialista, a dinâmica que se abre para o povo grego é positiva. O PASOK, como o PS Francês, se verá mal ou bem obrigado a cumprir com seu programa, sob pena de ver as greves eclodirem.

(Wagner Cardoso)

Pluralismo e Unidade no sindicalismo mundial

Nos principais países do ocidente, as centrais se constituíram muito mais como "correias de transmissão" da cada partido para as "suas" massas e não a partir de um interesse comum de classe. Os danos foram muitos para uma ação unitária, mais urgente ainda em época de crise.

Por Regis Moraes

A existência de centrais únicas de trabalhadores nos países capitalistas é uma raridade. A tendência, desde a organização dos primeiros sindicatos, foi a constituição de correntes ideológicas com suas respectivas centrais: socialistas, comunistas, anarquistas, liberais, cristãos. A composição varia, conforme as tradições do país, mas, de certo modo, a "divisão" já é uma tradição. Os casos de unicidade, em geral são limitados a países em que a estrutura sindical é controlada pelo estado. A unificação das correntes, por outro lado, tem sido um trabalho penoso que só vingou depois que se verificou os danos da divisão.

Vejamos por exemplo o caso da França, depois da II Guerra Mundial. A CGT (Confederação Geral do Trabalho) é reconstituída, em 1945, e lança um apelo de "unidade orgânica" à Central Francesa dos Trabalhadores Cristãos (CFTC). Esta última aceita apenas a "unidade de ação", sem fundir os organismos e direções. Nesse momento, a CGT defendia a bandeira de apertar os cintos para manter a "aliança democrática" (semelhante à posição do Partido Comunista Brasileiro, depois da queda de Getúlio). Em 1946, a CGT "racha" e se organiza a CTF-Força Operária, que caminha mais para a direita.

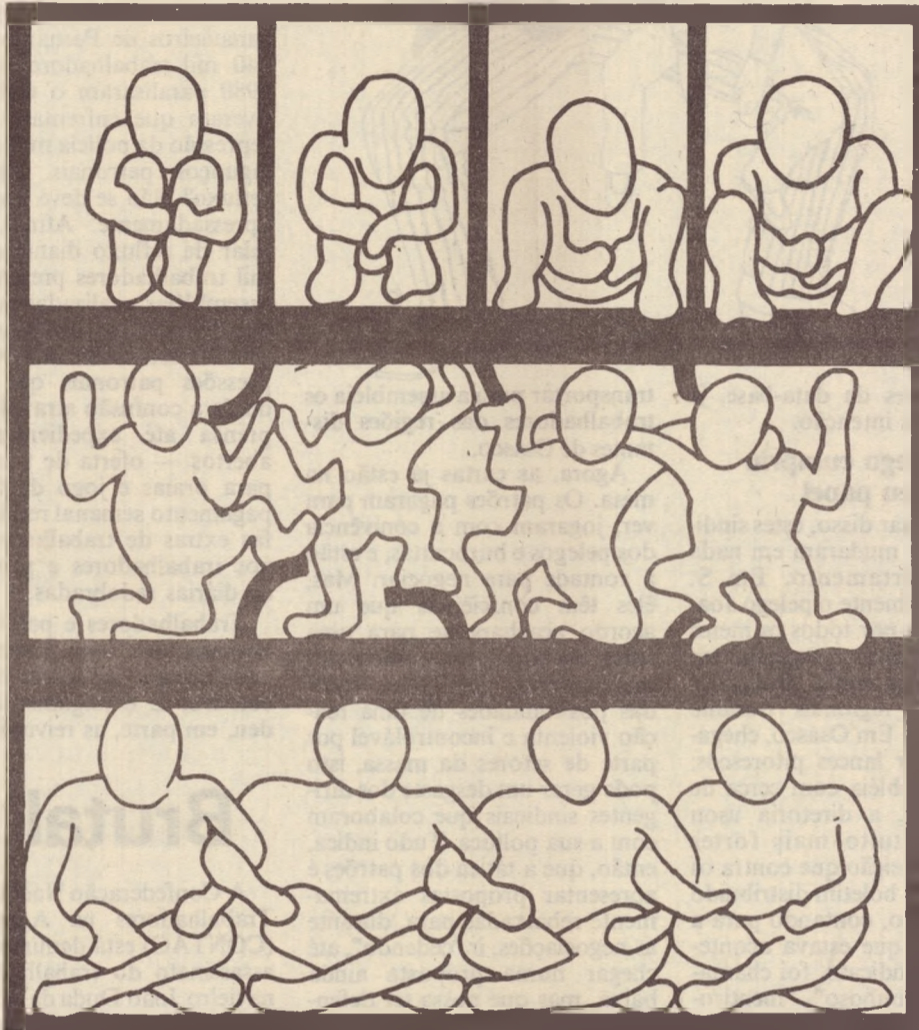
Itália, Alemanha e Inglaterra

Alguns sindicatos, como a Federação da Educação Nacional (professores) se mantêm fora das centrais. Em 1964, a CFTC abandona a referência cristã e muda de nome: Central Francesa Democrática do Trabalho (CFDT). Em 1967, CGT e CFDT assinam um pacto de unidade de ação. Em 1969, a CGT adere formalmente ao socialismo. A CFDT defende a coletivização dos meios de produção e troca, a planificação democrática e a "autogestão". A CGT, contudo, continua mantendo o prodomínio nos ramos industriais. Coloca-se na linha ideológica do PCF, enquanto a CFDT está próxima do PS, embora com maior autonomia e frequentemente à sua ala esquerda.

Na Itália a CGT é reconstruída em janeiro de 45, agrupando comunistas, socialistas e democrata-cristãos. Em 1948, estes últimos formam sua própria central. Hoje, há três centrais: CGIL, próxima do PCI; CISL, católicos e alguns socialistas; UIL, socialistas e republicanos anticlericais. A tendência à unidade de ação, a nível de fábrica e de algumas categorias importantes (como os metalúrgicos) e o aguçamento da crise econômica tem obrigado a uma aproximação das três centrais.

A existência de centrais "quase únicas" (alguns sindicatos não aderem) se constata na Dinamarca, Noruega, Suécia. Na Holanda, há três centrais: católicos, protestantes e socialistas-comunistas. Na Bélgica, anarquistas, comunistas e socialistas fundiram-se na Federação Geral dos Trabalhadores, enquanto os cristãos constituíram a Confederação dos Sindicatos Cristãos.

Na Alemanha, comunistas, socialistas e cristãos se juntam, depois da II Guerra, na



Brasil

Os riscos da divisão

A decisão dos sindicalistas autênticos de não participarem das Unidades sindicais, juntamente com a ênfase na articulação de uma corrente sindical própria, é essencialmente positiva, mas pode encobrir alguns problemas.

Reconhecer a pró-CUT como órgão unitário e, ao mesmo tempo, forçar a constituição de comissões pró-CUT regionais é, ao mesmo tempo, uma afirmação da unidade do movimento sindical, combinada com a exigência de um aprofundamento desta unidade. A efetivação de uma corrente sindical própria pode contribuir para dar conseqüências práticas a esta tática.

O maior problema reside em que ninguém parece alertar-se para os riscos da divisão no movimento sindical. O ciclo grevista do biênio 80/81 mostrou o enorme contraste entre o capital monopolista, articulado com o Estado, e a dispersão do operariado. Isso, junto com

campanhas salariais dispersas, levou a que os trabalhadores desejassem profundamente a unificação de suas lutas.

Com a realização da CONCLAT, a eleição da pró-CUT e a aprovação de um plano de lutas, os primeiros passos neste sentido começaram a ser dados. No entanto, a existência de uma maioria pelego-reformista nesta comissão, a morosidade dos encaminhamentos da CONCLAT, a condução criminosa das campanhas salariais, poderá levar muitos a acreditarem ser desejável a divisão.

Ora, a maior vantagem da pró CUT é precisamente ser um órgão unitário. Ali, as duas correntes majoritárias do movimento sindical poderão se defrontar. O espaço reservado ao conchavo para os pelegos se reduz e o público a que tem acesso o sindicalismo autêntico se multiplica. O anel burocrático estabelecido pelos aparatos sindicais junto às suas bases pode ser golpeado pela dinâmi-

ca unitária da pró-CUT.

Não deixa de ser embaraçoso para o PC e seus aliados o fato de serem co-responsáveis pela continuidade dos encaminhamentos após a entrega das reivindicações à Presidência da República.

Precisamente porque a conjuntura favorece ao sindicalismo classista e para ficar mais à vontade para suas manobras, que a divisão do movimento sindical interessa diretamente à aliança PC-pelegos. Para eles, a convivência com sindicalistas combativos é perigosa, pois põe a nu sua postura traidora.

O PT e os sindicalistas autênticos não podem vacilar a esse respeito. Não podemos opor à unidade burocratizada e cupulista proposta pelo PC pura e simplesmente a divisão do movimento sindical. As bandeiras da unidade da democracia e da independência sindical são caras ao movimento operário, e pertencem à sua tradição revolucionária. (Antonio Nahas)-

Federação dos Sindicatos Alemães (DGB), uma verdadeira máquina financeira e empresarial, cujos laços maiores são com a social-democracia e cuja palavra de ordem mais acentuada é a "autogestão". Os liberais de direita fundam, em 1969, a "nova DGB", que na verdade se limita à região da Baixa Saxônia.

Na Inglaterra, as "trade unions" (sindicatos) são coligadas pelo poderoso Trade Union Congress (TUC), embora haja entidades que não se filiem a ele. A situação britânica é muito particular, pela ligação íntima entre o TUC, o partido trabalhista e o governo, nessa economia em grande parte estatizada. Nos Estados Unidos, as duas centrais — AFL (American Federation of Labor) e CIO (Congresso for Industrial Organization) — fundem-se em 1955, embora haja sindicatos autônomos e, em 1970, se cria uma central dissidente e menor (Alliance for Labor Action).

Entre os países "socialistas", os casos mais fora de regra são a Iugoslávia, em que os sindicatos estão vinculados a um detalhado sistema de autogestão, e a Romênia, ovelha negra do bloco, que em 1971, declarou-se contra a teoria de que os sindicatos seriam "correia de transmissão do partido", afirmando, pelo contrário, sua autonomia e seu caráter reivindicativo.

Correntes do sindicalismo mundial

Essas divisões têm um claro referencial internacional. Desde a II Guerra, a luta pela construção de federações mundiais é acirrada. Os passos dessas tentativas podem ser datados da seguinte forma:

1946 — surge a Federação Sindical Mundial (FSM), agrupando três correntes:

- sindicatos dos países "comunistas" e a CGT francesa;
- a "direita" — trabalhistas britânicos (TUC), suecos, belgas, holandeses e suecos;
- "centro" — CIO (americanos) e CGT italiana;

1949 — racha da FSM — surge a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL), onde entram os britânicos, os suecos, a AFL e o CIO (americanos) e os holandeses; proximidade com o neocapitalismo.

1969 — racha na CISL — saem os americanos (AFL-CIO), devido à aproximação tática da CISL com os "socialistas".

1968 — surge a Confederação Mundial do Trabalho (CMT), que é a versão leiga da antiga Confederação Internacional dos Sindicatos cristãos. (1946).

Estão nele: a DGB (alemães), a CFDT (franceses), os suecos e britânicos. Atrai também os comunistas italianos e rumenos, descontentes com a FSM, além de setores das Comissões Obreras e da UGT espanholas (ver mais detalhes no caso espanhol no ET nº 124 e no Caderno Sindical nº 1 do ET). Também o Solidariedade polonês e os sindicalistas iugoslavos se aproximam desta corrente, definida como "socialista, autonomista e autogestionária".

Campanha bem encenada

Luis Eulálio Vidigal da Fiesp e o pelego Joaquinção, já estão com o cenário montado para a campanha dos metalúrgicos paulistas

Os patrões, reunidos na FIESP (Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo) com os dirigentes sindicais metalúrgicos de Osasco, Guarulhos e S. Paulo, no dia 15 de outubro, tinham razões de sobra para oferecer um bolo de chocolate, docinhos e cantar parabéns ao pelego Joaquim. Sua proposta — trocar produtividade por promessas de criação de 100.000 empregos — serviu para formar o pano de fundo das negociações.

Reforçando Joaquim, o presidente da FIESP, Luiz Vidigal, anunciava freqüentemente pela imprensa a iminência de "demissões em massa, em razão da queda da taxa de lucro". O resultado está aí: os patrões propuseram uma produtividade de 0% e um piso salarial de Cr\$ 14.832,00 aliás inferior ao piso atual, se reajustado pelo INPC do mês...

Mas, desta vez, até parece que os patrões exageraram. Para termos uma idéia, os bancários de MG conseguiram, em dissídio coletivo julgado no dia 28 passado, um piso de Cr\$ 17,7 mil e 15% de produtividade; os químicos de S. Paulo conseguiram um piso de Cr\$ 19.800,00 passando para Cr\$ 20.400,00 após a experiência. E mesmo os metalúrgicos do interior de S. Paulo possuem um piso acima de Cr\$ 17.000,00!

Deitando na sopa, os patrões deram-se ao luxo de dizer aos representantes sindicais que o justo seria retirar 3% do salário dos trabalhadores, já que a produtividade na indústria metalúrgica decaiu neste ano de 1981.

Ao saber desta proposta, os dirigentes sindicais fingiram surpresa: "esta proposta é chantagista e provocativa", declarou um deles. Mas, não havia razão para espanto. Como se não bastassem os fatos já relatados, os acordos salariais dos metalúrgicos do RJ (0% de produtividade e estabilidade por 4 meses); de Contagem (2,5% de produtividade e garantia de emprego 3 meses após a data-base) já indicavam o rumo geral das negociações. A própria tática patronal de evitar oferecer uma contra-proposta aos metalúrgicos durante todo o período das negociações, só o fazendo uma

semana antes da data-base, já indicava sua intenção.

O pelego cumpriu seu papel

Mas, apesar disso, estes sindicalistas não mudaram em nada seu comportamento. Em S. Paulo, novamente o pelego Joaquim evitou por todos os meios colocar qualquer proposta em votação, mas serão realizadas assembleias regionais durante esta semana. Em Osasco, chegaram a haver lances pitorescos: numa assembleia com cerca de 200 pessoas, a diretoria usou adjetivos muito mais fortes contra a oposição que contra os patrões. Um boletim distribuído pela oposição, contando para a categoria o que estava acontecendo no Sindicato, foi chamado de "vergonhoso", "mentiroso", "divisionista" etc. A única proposta de mobilização aprovada foi o aluguel de ônibus para

transportar para a assembleia os trabalhadores das regiões distantes de Osasco...

Agora, as cartas já estão na mesa. Os patrões pagaram para ver, jogaram com a conviência dos pelegos e burocratas, e estão à vontade para negociar. Mas, eles têm consciência que um acordo acachapante para uma categoria combativa como a dos metalúrgicos, não é bom. Além das possibilidades de uma reação violenta e incontrolável por parte de setores da massa, isto pode gerar um desgaste dos dirigentes sindicais que colaboram com a sua política. Tudo indica, então, que a tática dos patrões é apresentar propostas extremamente rebaixadas para, durante as negociações, ir "cedendo", até chegar numa proposta ainda baixa, mas que possa ser defendida pelos seus parceiros junto às bases sindicais.

(Antonio Nahas)

Metalúrgicos de Betim

Fiscalizar a contabilidade

José Onofre de Souza, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, entregou um documento ao Tribunal Regional do Trabalho, onde solicita uma investigação na contabilidade das indústrias, a fim de que se conheça a real produtividade que alcançaram nos últimos meses. O documento foi entregue pelo advogado do Sindicato juntamente com uma resposta da categoria profissional às alegações das empresas sobre a inviabilidade de oferecerem uma contra-proposta às reivindicações salariais dos metalúrgicos.

Conforme o presidente do Sindicato, é bem possível que o TRT acate o pedido, "pois isso ocorreu há cerca de dois anos com os metalúrgicos de Monlevade, que requereram com êxito, essa medida na Belgo Mineira. Só que a empresa, receosa de que sua escrita viesse a público, ofereceu uma proposta melhor aos seus funcionários".

Na semana passada, houve um encontro entre o sindicato e



As conquistas dos canavieiros

Mais de 240 mil trabalhadores, entre os "fichados" e os "clandestinos" (sem vínculo empregatício), enfrentam seus patrões, na fervente Zona da Mata de Pernambuco. E conseguem algumas reivindicações.

Este ano não houve greve dos canavieiros de Pernambuco, os 240 mil trabalhadores que em 1980 paralisaram o trabalho e tiveram que enfrentar violenta repressão da polícia militar e dos jagunços patronais. Sinal de refluxo? Não se deve responder apressadamente. Afinal, como falar de refluxo diante de cem mil trabalhadores presentes nas assembleias, realizadas por cerca de 40 sindicatos, em 43 municípios? E isso diante de ameaças e pressões patronais que foram desde a confusão através da imprensa até expedientes mais abertos — oferta de transporte para praias e jogo de futebol, pagamento semanal retido, tarefas extras de trabalho exigidas aos trabalhadores e promessas de diárias dobradas.

Trabalhadores e patrões não chegaram a acordo. Os empresários fizeram instaurar dissídio coletivo. E o julgamento atendeu, em parte, as reivindicações

dos 43 sindicatos. Apesar desse atendimento ser parcial, é bom lembrar o que ele significou, depois da "lição" que os patrões receberam no último ano. Afinal de contas, para quem tem boa memória, em 1977, falando em queda da produtividade (cerca de 20% entre 1950 e 1976), os empresários propunham pura e simplesmente uma redução de salário por tonelada de cana cortada (redução de 20%)! Neste ano, utilizando os dados de publicações oficiais e dos próprios empresários, os sindicatos de trabalhadores conseguiram desmascarar a choradeira de crise. E, além de manter as mais importantes conquistas do ano passado, os trabalhadores conseguiram um adicional de 4% — o que se traduz num salário de Cr\$ 12.358,00 — e a unificação dos salários das duas sub-regiões do Estado, beneficiando a maioria dos sindicatos.

(Elvira Oliveira e Raul Morales)

Brutal assassinato!

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) está denunciando o assassinato do trabalhador canavieiro João Duda da Silva, em Bom Jardim, Pernambuco. João era empregado do engenho "Morada do Sol". No dia 12, em companhia de seus dois filhos menores, trabalhava na tarefa de queima da cana, quando o fogo se alastrou, atingindo parte do canavial. O filho do proprietário, por causa do acidente, passou a espancá-lo violentamente. O trabalhador e os filhos conseguiram escapar, mas foram novamente cercados pelo pro-

prietário e seu filho, que atiraram contra eles. João Duda e o menino José Heraldo foram mortos.

O outro, José Rinaldo conseguiu escapar. A esposa e José Rinaldo estão ameaçados de morte e a própria polícia os aconselha a "calar o bico". A CONTAG vem se mexendo para tentar ajudar os dois, além de afirmar que apenas a união, organização e luta dos trabalhadores poderá defendê-los da "intolerância, exploração e violência ainda reinantes em nosso meio rural, capazes de gerar crimes dessa natureza".

Todo apoio a Ronda Alta!

"A saída do Curió foi uma baita vitória. 320 famílias permanecem firmes e confiantes, lutando pela terra no Estado. E agora, o INCRA já está prometendo reassentamento em terras do Estado. Já estamos sentindo cheiro de terra. Agora, o governo quer esgotar a nossa paciência na marra. Eles acham que em 30 dias, a gente acaba cansando com fome, com frio e sem apoio. Por isso, agora você é muito importante. A nossa vitória é a vitória do povo gaúcho e do povo brasileiro.

Nossa vitória depende de sua ajuda. Colabore com alimentos nos postos de arrecadação de sua cidade ou se puder, enviar contribuições financeiras para a conta bancária n: 08102145/09, Agência Central do Banco do Estado do Rio Grande do Sul ou Paróquia Nossa Sra. dos Navegantes, Ronda Alta, Rio Grande do Sul." (colonos da encruzilhada Natalino).



De oposição sindical a sindicato de oposição

Bancários - S. Paulo

Aprender, mas com ousadia

No final de seu mandato, a diretoria do sindicato dos bancários de S. Paulo faz um balanço público de sua gestão, numa prática que pode e deve ser exemplo para o sindicalismo combativo.

O Sindicato dos Bancários de São Paulo representa hoje cerca de 140 mil trabalhadores, espalhados por 1400 locais de trabalho em São Paulo e mais 25 municípios do Estado. A tradição de luta da categoria é marcada por alguns fatos: conquistou o 13º salário antes da decretação da lei, esteve na dianteira dos pactos intersindicais antes de 1964, e na fundação do DIEESE, a assessoria econômica e estatística dos sindicatos.

No entanto, desde 64 a categoria esteve numa luta corpo a corpo contra o peleguismo, varrido da entidade apenas em março de 1979, quando uma chapa de oposição, agora em fim de mandato, derrotou a chapa do pelego Chico Teixeira. Passando de oposição a diretoria, a equipe encabeçada por Augusto Campos teve que formular uma política mais clara e ampla, que englobasse mesmo os setores atrasados da categoria e enfrentasse com vigor as dificuldades da máquina e da estrutura sindical.

Referência para os trabalhadores

As dificuldades não foram pequenas, aumentadas ainda pelas diferenças existentes dentro da nova direção. No decorrer do mandato, a "purificação" dessa equipe foi visível, com a expulsão (decidida em assembleia da categoria) de um diretor que dilapidara o patrimônio da entidade e com o isolamento político de outros que chegaram a colaborar com o Ministério do Trabalho.

Mas a dificuldade maior, sem dúvida, era a inexperiência da antiga oposição, envolvida quase que somente nas questões gerais da categoria (campanhas

salariais principalmente) e tendo que tomar as lutas individuais dos bancários, encaminhadas ao sindicato, para transformá-las em questões de setores mais amplos da categoria.

Hoje, organizados em torno da sua sede, de seus departamentos (imprensa, informação e análise, educação e cultura, feminino etc), das 7 regionais (sub-sedes), os bancários e sua entidade representam uma referência obrigatória para o sindicalismo combativo no país.

Participando ativamente do apoio à luta de outras categorias, a equipe dos bancários teve que enfrentar alguns problemas. Nesse sentido, o balanço publicado pela diretoria não deixa de repetir as críticas feitas ao funcionamento da chamada "Unidade Sindical", de seu aparelhismo e cupulismo. E fixa como ponto de princípio que nos congressos de trabalhadores só devem participar categorias que tenham feito assembleias e elejam democraticamente seus delegados.

A participação dos bancários nessas articulações e o apoio a movimentos grevistas e reivindicações populares (movimento por creches, congresso da mulher paulista, etc) foi inclusive motivo para vigilância do Ministério do Trabalho, empenhado em encontrar motivos para intervir na entidade. Nesse sentido, não deixa de preocupar que, agora, em pleno balanço, um grupo de bancários, ao que parece influenciado pelo jornal **Tribuna da Luta Operária**, além de mentir sobre a "ausência" do sindicato nesses movimentos, por outro lado faz o favor de dedurar (também mentirosamente) que o sindicato

estivesse instrumentalizado por partidos políticos, em detrimento dos interesses da categoria.

O balanço da diretoria aliás é explícito e corajoso, insistindo no direito e no dever de ajudar outras categorias em luta, por exemplo com a impressão de material para as diretorias cassadas do ABC paulista, no apoio a oposições sindicais anti-pelegas em outros sindicatos, etc.

Aprender, mas com ousadia

"Há a probabilidade de acertar, como de errar, o que é inadmissível é deixar de agir por medo de errar". Experimentando um sem número de meios de comunicação e organização de massa, o sindicato foi se tornando conhecido de sua base e da opinião pública pela agressividade e constância de suas denúncias, nas manifestações de rua, nos comícios, na dinamização de seu jornal, na impressão de um suplemento **diário** desse jornal, na emissão de Jornais de Banco, e assim por diante.

Mas não só de avaliações positivas viveu o balanço. Uma corajosa e polêmica autocrítica da condução das greves de 1978-79, por um lado ofereceu oportunidade de palavra aos eternos "urubus reformistas". Mas, por outro lado, deu a estes um exemplo de democracia e coragem política que dificilmente eles esquecerão. Demonstrou que a honestidade política na apresentação de um balanço é fundamental para que dele sejam tiradas todas as lições que nortearão a ação no presente e no futuro, pois isso sem dúvida prepara a categoria para enfrentamentos inevitáveis com o sistema de exploração capitalista.

(Régis Moraes)

Canoas - R.G. Sul

Oposição metalúrgica se prepara para governar

Depois de derrotar a pelegada logo no primeiro escrutínio (1385 a 492 votos), a oposição metalúrgica de Canoas, R.G. Sul, arruma a casa para dirigir o sindicato.

A opinião dos três diretores ouvidos por **EM TEMPO**, Paulo, Milton e Gilmar, é clara: a antiga diretoria estava comprometida com os patrões, além de ser incapaz. E para a oposição, agora eleita, trata-se de abrir o sindicato, trazendo-o de volta para os operários.

Eles explicam como se constituiu a chapa: "Verificandose a falta de um sindicato autêntico e forte dos metalúrgicos de Ca-

noas, partimos para uma proposta vinda de dentro das fábricas, isto é, cada fábrica indicou seus representantes. Foi difícil o começo, mas depois disso se revelou um trabalho forte e enraizado, invencível".

"É bom salientar — continuam — os dezoito anos que a categoria vem sofrendo com a infiltração da classe patronal no nosso sindicato, intervindo em todos os assuntos, principalmente nos dissídios. Dezoito anos massacrada e humilhada, e a diretoria não fez nada. Aliás, fez sim: denunciou os companheiros nas fábricas e fechou os sindicatos."

(da Sucursal)



A nova direção metalúrgica em Canoas

Sabesp/Cetesb

Oposição na praça

No dia 3 de outubro foi lançada a chapa 3, Oposição Sindical, dos trabalhadores da SABESP/CETESB (Saneamento Básico de São Paulo). As eleições estão marcadas para 21, 22 e 23 de outubro. A oposição, cujo símbolo é o "Zé Berro D'água", tem conquistado muitos apoiadores, entre eles o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, São José dos Campos, Coureiros, Vidreiros e Marceneiros, Bancários e Metroviários de S. Paulo e outros.

O programa da chapa concen-

tra-se nos seguintes pontos — semana de 40 horas, estabilidade no emprego, por um sindicato independente, que lute por melhores salários, pelo direito de greve, pela Central Única dos Trabalhadores. A oposição, que existe desde 1978, vai ter que vencer também, com certeza, muita marmelada eleitoral. Afinal de contas, nas últimas eleições, depois de um primeiro escrutínio em que venceu por 360 votos de diferença, numa segunda votação, 15 dias depois, a situação "ganhou" por 151 votos...

À venda nas sedes e sucursais — Cr\$ 50,00

Cadernos EM TEMPO:

Em debate: a democratização dos sindicatos, o combate ao peleguismo e os rumos da construção da CUT.



A hora e a vez de

De 12 a 15 de novembro será realizado o XXXIII.º Congresso da UNE em Cabo Frio. Apesar de realizado após uma precaríssima preparação política, o congresso pode ser o momento de união das principais correntes estudantis que se opõem à atual diretoria da UNE e iniciar um novo ciclo de lutas para o movimento.

“ Discutir a UNE? Sei... mas volta depois da aula, tá?
— Congresso da UNE? Ah... é todo ano, é?
— Discutir propostas? Mas só me falam na UNE em época de Congresso e pra votar em greve geral...”

As frases podem ser diferentes mas o sentido é o mesmo: surpresa, dúvida, indiferença.

Depois de mobilizar milhares dos estudantes na luta pela sua reconstrução, passando por encontros amplos e muito debate nas escoas, a entidade máxima dos estudantes brasileiros é hoje, quase um fantasma. Não conseguindo criar uma vida própria, com imprensa, promoções políticas, dinamização de secretarias por área de ensino que aprofundem a discussão sobre os conteúdos dos cursos, sua presença ficou restrita aos grandes palcos e entrevistas à imprensa. Um bom exemplo foi o ato público convocado para a Praça da Sé, em S. Paulo, quando o Ministro Delfim Neto cortou as verbas destinadas a educação: apenas 150 pessoas acorreram ao chamamento da diretoria para um ato “em defesa da Universidade”.

Neste último ano os estudantes assistiram um debate infrutífero, cansativo e burocrático em torno da falta de verbas para a Universidade, onde o único “remédio” apresentado era a greve geral, pílula

mágica que resolveria todos os problemas do ensino no país.

O problema central que vive o movimento estudantil hoje no país é que a política da UNE paira por sobre as cabeças dos estudantes. Não sendo fruto de um debate de base, não reflete as experiências vividas pela juventude universitária, que vão desde as questões do modo de vida num período de crise econômica e “abertura política” até respostas para enfrentar os problemas cotidianos da crise por que passa a universidade hoje. É um movimento de “gerais” mas sem “soldados”, isto é, os estudantes recusam-se a receber ordens da diretoria da UNE e a cumprir suas decisões anti-democráticas.

Política de avestruz

É o caso da greve geral, decidida por um CONEG e rejeitada pela maioria das assembleias estudantis nos diversos cantos do país. Os estudantes disseram não ao método cupulista e burocrático de encaminhamento de suas lutas e ao conteúdo mesmo proposto para a greve.

No entanto, não é essa a avaliação da diretoria da UNE. Para ela o movimento estudantil “foi vitorioso neste último ano e suas mobilizações (quais?) contiveram os aumentos exorbitantes propostos pelo MEC para as escolas particulares, detendo também a implantação do projeto de

Fundações para as universidades públicas”. O seu delírio se completa pela total falta de auto-crítica: para os dirigentes da entidade, a greve geral fracassou não porque foi rejeitada pelos estudantes, mas porque faltou dinheiro, infra-estrutura para organizá-la, ou ainda, porque as entidades de base não a encaminharam.

A consequência dessa política de avestruz é que a entidade nacional perde a credibilidade junto aos estudantes, fica desmoralizada frente aos demais setores sociais e impotente para conter a política do governo de arroxar ainda mais a educação no país.

O que levou a entidade a essa situação não é apenas a incompetência de sua diretoria. Esse é um fator presente mas não o mais importante. O definidor mesmo é a sua compreensão política do estágio atual da luta de classes no país. Avaliam que a ditadura está agonizando, que perdeu bases de sustentação dentro do próprio exército e de setores significativos da burguesia. E que o papel do movimento de massas seria o de desestabilizar a ditadura através de amplas mobilizações.

Caracterizam o período como pré-revolucionário, não pelo avanço e confiança nas lutas operárias, mas por acreditarem ainda na capacidade da

Intervenção na Unicamp

A universidade resiste ao golpe

O nome do professor Paulo Freire, internacionalmente conhecido pela sua prática educacional revolucionária, encabeçando a lista de candidatos a reitor eleita por professores, alunos, funcionários, esclarece as razões da intervenção do governo na Universidade de Campinas.

Em junho desse ano, o Conselho Diretor da Unicamp encaminhou às entidades representativas dos estudantes, professores e funcionários daquela universidade a proposta de democratizar o processo de escolha do novo reitor. Os nomes para compor a lista sêxtupla que seria encaminhada ao presidente da República deveriam ser eleitos de forma paritária, pela comunidade universitária. Foi resolvido também ampliar a participação estudantil no Conselho Diretor de dois para sete membros.

Desde então, explodiram as contradições no interior da universidade. Dezesete candidatos, representando todas as correntes de opinião que se expressam na Unicamp inscreveram-se para as eleições, e, depois de muitos anos, retomou-se o debate político sobre os rumos a serem impressos na gestão de uma universidade.

A intervenção branca

De lá para cá o reitor Plínio Alves de Moraes, escudado na Secretaria de Educação e no Conselho Estadual de Educação, tem feito de tudo para conter este processo. De ameaças e pressões, passou à ação direta, intervindo no Conselho Diretor, exonerando diretores, demitindo funcionários, tudo isso, é claro, respeitando os estatutos.

Dos 31 membros do Conselho Diretor, 14 foram substituídos, garantindo-se



assim uma maioria favorável às posições do governo. A primeira intervenção ocorreu no dia 10, quando seis membros do conselho foram substituídos por funcionários da Secretaria de Educação e do Conselho Estadual, incluindo o próprio secretário, sr. Luiz Ferreira Martins. No dia 16 foi a vez de oito diretores de institutos e faculdades serem exonerados e substituídos por testas-de-ferro da confiança de Maluf.

Dessa forma, além de conquistar maioria no Conselho, baseando-se em parecer do CEE que considerava ilegal a consulta à comunidade, o reitor resolveu suspender o processo, não reconhecendo-lhe legitimidade.

Democratização x burocracia

As declarações de Eduardo Daruge,

um dentista nomeado interventor na Faculdade de Educação, esclareceu a intenção última do governo: “a substituição dos diretores tem como objetivo apressar o processo de “institucionalização da universidade”, isto é, trata-se de “criar departamentos nas faculdades que ainda não os tem, abrir concursos que permitam a efetivação de professores titulares, criar congregações e, a partir daí, instituir o Conselho Universitário”. Ou seja, frente ao avanço do processo de democratização da Universidade, o governo resolve apressar a sua burocratização e colocá-la de uma vez por todas nas normas que regem as demais Universidades do país.

Além da intervenção no Conselho Diretor, a reitoria demitiu toda a diretoria da Associação dos Funcionários da Uni-

versidade em greve desde o início do mês, reivindicando pagamento de insalubridade, adicional noturno, fim dos desvios de funções e também participantes do processo de eleições.

Os atos arbitrários do reitor e governo vieram a instalar a crise no interior da Unicamp, mobilizando professores, estudantes e funcionários e provocando manifestações de protesto diárias e até uma passeata nas ruas de Campinas com mais de cinco mil pessoas.

Mesmo sem o reconhecimento da reitoria, eleições foram realizadas com ampla participação da comunidade universitária. Dos candidatos, o mais votado foi Paulo Freire, da faculdade de Educação com 6730 votos, seguindo-se Maurício Prates, da Engenharia, com 6229 votos; Rogério Cerqueira Leite, da Física, com 5114; Carlos Franch, da Linguística, com 5403; Yaro Buriã, Artes, com 4612 e Eduardo Chaves, da Educação, com 5564. Estes serão os nomes que comporão a lista sêxtupla apresentada pela comunidade universitária para a escolha do novo reitor da Unicamp. Todos cientistas de renome, escolhidos através do amplo debate democrático de suas posições políticas. Resta saber como o atual conselho diretor, moldado à imagem do governo, encaminhará o processo daqui para frente. O candidato do governo é o próprio secretário de Educação do Estado de S. Paulo, que agora é um dos representantes biônicos do Conselho Diretor.

O impasse está criado. O governo mantém-se intransigente em suas posições e a comunidade universitária da Unicamp não pretende abrir mão de suas conquistas.

(LUCI AYALA)

a entidade é quase um fantasma

mudar a direção da UNE

burguesia em democratizar o país, abrindo assim espaço para o avanço do movimento popular. A consequência é uma visão ufanista e aventureira que perpassa o conjunto de suas propostas, atropelando a realidade e os movimentos.

A posição política que detem a diretoria da UNE está preocupada com o seu controle. Para isso, transforma todas as entidades que tem acesso em meros aparelhos, burocratizando seu funcionamento, despolitizando a vida interna e cotidiana dos Centros Acadêmicos, DCEs e Uniões Estaduais. É claramente o caso da UEE-Rio, que desde abril não conseguia quórum para reunir seu Conselho de Entidades, pela recusa dos estudantes a permanecerem em longas e cansativas reuniões, cheias de discurso e que nada decidiam.

Congresso na praia

Mesmo quando as reuniões são conclusivas seus resultados são desrespeitados. No último CONEG realizado, a diretoria da UNE conseguiu fazer passar sua proposta de Congresso para Cabo Frio, onde existe apenas uma escola isolada de Filosofia, sem nenhuma tradição de luta e sem estrutura material para abrigar os milhares de estudantes que participarão do Congresso. O sentido da proposta foi

apenas o de se contrapor ao Congresso em Minas Gerais, um dos maiores centros de oposição à atual política da diretoria.

Assustados com a consequência de seu ato, a própria diretoria da UNE adiou o Congresso, passando por cima das decisões do CONEG, transferindo-o para meados de novembro. Um ato a mais de desrespeito às instâncias de organização do movimento.

Hoje faz-se necessário reverter esse processo sob pena de liquidar com o movimento estudantil. E o primeiro passo é reconstruir a democracia no interior do movimento, de forma que as lutas e plataformas encaminhadas pela UNE sejam, de fato, expressão das necessidades e aspirações dos estudantes brasileiros. A entidade precisa avançar em suas reivindicações, colocando a luta por verbas dentro de uma perspectiva de transformação da estrutura universitária, ao lado dos professores e funcionários empenhados na democratização da Universidade.

As forças políticas no interior do movimento estudantil que discordam da orientação até então impressa na entidade devem unir-se como forma de construir uma alternativa de direção que retire o movimento do refluxo e que faça da UNE, novamente, uma entidade forte, representativa e capaz de dirigir os estudantes para a conquista de suas reivindicações.



Universidade brasileira

A democracia é o maior desafio

A intervenção na Unicamp revela a luta pelo poder que se trava hoje dentro da Universidade brasileira e que tem como pano de fundo a definição de seus rumos.

Quando o governo intervém na Universidade de Campinas, sabe muito bem o que está fazendo. Apesar do desgaste e repercussão negativas em todo o país e no exterior, não exita em bloquear o processo democrático de escolha de reitor em curso naquela universidade. Não vacila em usar da força para impedir que o debate político no interior da Universidade produza uma política universitária diferente daquela definida pelo regime.

Com o caso Unicamp, a chamada crise por que passa a Universidade brasileira — muito falada e pouco definida — sai das salas de aula para as ruas, colocando no centro dos debates a questão de quem detém o poder na Universidade e a quem esta instituição está servindo.

A crise é do regime

A redução do número de candidatos aos vestibulares, a frustração geral dos estudantes com um ensino superficial e tecnocrático, o abandono dos cursos por milhares de jovens sem dinheiro para pagar os estudos, a luta constante de professores e funcionários por melhores condições de trabalho, tudo isso põe a nu a crise do modelo político imposto ao ensino superior no país.

Reformada no início da década de 70 com o objetivo de melhor se adaptar ao estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o ensino superior hoje está

voltado para a formação de técnicos e burocratas para as empresas e governo e os seus investimentos na área de pesquisa priorizam interesses dos setores de elite da sociedade. Um bom exemplo são as faculdades de medicina, onde as maiores verbas destinam-se aos estudos de genética, câncer, oftalmologia, e muito pouco a medicina preventiva, do trabalho etc.

Uma Universidade amordaçada

O AI-5 e o dec-lei 477 foram os instrumentos necessários para impor esta reforma, numa Universidade amputada pelas cassações, amordaçada pela repressão política a seus alunos, professores e funcionários.

Fragmentando suas atividades didáticas, administrativas e de pesquisa e impondo uma rígida centralização burocrática, o governo pretendeu esvaziar a Universidade de toda politização, retirando o espaço para que no seu interior surgisse uma política universitária que vinculasse o ensino superior com os problemas vividos pela maioria da população.

Mas apesar de todas as precauções do governo, começam a surgir no interior das Universidades, reivindicações que apontam para a necessidade de uma radical transformação na estrutura universitária.

Tanto o movimento dos professores como os estudantes têm colocado no

centro de suas reivindicações a luta por verbas e pela democratização da Universidade. Reivindicações intimamente ligadas, já que a independência financeira é a base sem a qual não existe autonomia universitária. Somente liberada das ingerências diretas do poder econômico a Universidade poderá gestar um projeto alternativo de ensino superior. E aí é que se coloca claramente a questão do poder no interior da instituição.

Apesar dos protestos generalizados da comunidade universitária, o governo tem amadurecido seus projetos de reformas, acentuando ainda mais o caráter empresarial do ensino superior. O projeto de transformar as universidades públicas em Fundações — último pacote do MEC — entende autonomia financeira como o "direito" da Universidade de resolver por conta própria o seu financiamento, colocando-a diretamente na dependência das grandes empresas capitalistas que, em troca do dinheiro, determinariam os rumos do ensino e da pesquisa. Por outro lado, centraliza ainda mais o processo de escolha dos dirigentes universitários, que seriam simplesmente nomeados pelo presidente da República.

Autonomia e Democratização

Hoje, cerca de 75% do ensino superior é realizado em instituições privadas e calcula-se que, com o último aumento de

50,9% nas anuidades, cerca de 300 mil estudantes serão obrigados a interromper os estudos por falta de dinheiro. Essa situação extrema, que demonstra até onde vai o governo com sua política anti-popular na área de educação, não pode mais ficar sem resposta.

O movimento estudantil no último ano centrou suas reivindicações na luta por mais verbas e pelo subsídio do governo às escolas particulares. Bandeiras de lutas corretas e que apontam alternativas imediatas para a crise aguda que vive hoje a Universidade. Mas a UNE hoje precisa apresentar alternativas de mais longo prazo, que apontem uma perspectiva política para os estudantes no sentido de transformar a Universidade. No caso das particulares deve ser levantada a luta pela sua federalização, sob controle da comunidade universitária.

Por sua vez, a questão das verbas adquire um sentido claramente político quando vinculada à luta pela autonomia e democratização da Universidade. Uma Universidade sustentada pelos poderes públicos, livre das ingerências diretas do poder econômico, cuja política de ensino e pesquisa seja determinada a partir do debate democrático e enfrentamento político das diferentes correntes que atuam na sociedade brasileira, que se integre às lutas dos trabalhadores e dos setores populares.

A independência política dos

Os ensinamentos da

Os bolcheviques e o parlamento

O PT se defronta hoje com um desafio que se dá num campo minado pelas armadilhas e trapaças da política burguesa: a participação parlamentar, as eleições de 82.

Entre as questões suscitadas por este desafio, duas se destacam. A primeira, mais geral, se refere à relação que o PT, que surgiu da luta direta da classe operária, manterá com sua futura representação parlamentar. Mais especificamente: a dinâmica do PT será dada por sua representação parlamentar ou esta se subordinará à direção do partido diretamente ligada às organizações dos trabalhadores?

A segunda se refere à relação do PT com os demais partidos de oposição. Num momento em que os trabalhadores começam a se demarcar claramente na cena política, criando para isso inclusive um partido próprio, é correta a tática das coligações? Isto não comprometeria a sua independência política?

Para esse debate que se inicia é importante resgatar a experiência e a tradição revolucionária, ainda mais quando organizações políticas como o PCB, o PC do B e o MR-8, que reclamam a condição de vanguarda da classe operária e de herdeiros da tradição do marxismo e do leninismo, desenvolvem uma política de aliança estratégica com os liberais e adotam uma postura conciliatória no parlamento. No caso do MR-8, principalmente, que há pouco queria se expressar pela boca do ex-presidente Jânio Quadros quando até Ulisses Guimarães o rejeitava.

Por Luiz Henrique Cunha
e João Machado

Monarquia absolutista, a Rússia dos Czares só foi conhecer alguma espécie de representação "popular" no curso da Revolução de 1905 e justamente como uma tentativa da autocracia de conter o ímpeto revolucionário. Desde o "Domingo Sangrento" (9 de janeiro) a revolução se ampliava. Em agosto o Czar anunciou a criação da "Assembleia Imperial", conhecida como "Duma", recebida às gargalhadas pelos trabalhadores. Estes haviam já descoberto a sua representação real: os Sovietes (Conselhos). Assim, enquanto a burguesia disputava com o poder feudal uma maior "democracia" para a Duma, o proletariado criava oficialmente, a 27 de outubro, em Petrogrado, o Primeiro Soviete de Deputados Operários, eleito pelo voto de 63 mil trabalhadores!

A "civilizada" burguesia europeia recuava horrorizada ante as notícias da Rússia: a "democra-

cia das ruas" ressurgia quando a burguesia pensava tê-la sepultado de vez no banho de sangue da Comuna de Paris. A ficção do parlamento como a "forma mais democrática da sociedade" caía mais uma vez por terra.

O Partido Bolchevique (que na época ainda não existia formalmente enquanto partido, mas como a ala de esquerda do Partido Operário Social-Democrata Russo) se defrontava assim com condições políticas inteiramente distintas das que existiam para os partidos operários europeus, que já haviam conquistado liberdade de organização e mantinham representação nos parlamentos burgueses já solidamente estabelecidos. Os bolcheviques, condenados desde sempre à uma dura clandestinidade, viram surgir num espaço de poucos meses a experiência da superação revolucionária das formas burguesas de representação.

Essas condições políticas peculiares acabaram por possibilitar-lhes a apreciação mais completa da questão parlamentar.

Uma experiência de 15 anos

Que atitude os partidos comunistas devem tomar frente ao parlamento burguês? Em julho de 1920 o II Congresso da Internacional Comunista discutiu exaustivamente este tema. Polemizando com Amadeu Bordiga, fundador do Partido Comunista Italiano e líder da tendência abstencionista (que negava a participação parlamentar comunista "na época das revoluções proletárias"), Lênin sintetizou a experiência de 15 anos do Partido Bolchevique neste terreno.

Lênin estabelecia que a ação no parlamento só deve ser abandonada quando as massas na sua experiência revolucionária tiverem visto a limitação do parlamento e a superioridade de sua forma classista de representação. Por isso se justificava a tática de boicote à primeira Duma em 1906 encaminhada pelos bolcheviques, "num momento em que a ação revolucionária extra-parlamentar das massas (especialmente o movimento grevista) crescia com excepcional rapidez; em que nenhum setor do proletariado e do campesinato apoiaria de modo algum o poder reacionário; em que o proletariado revolucionário assegurava a sua influência nas grandes massas atrasadas através da luta grevista e do movimento camponês."

Fora destes momentos revolucionários a participação no parlamento se torna uma obrigação: "haverá uma outra instituição que interesse tanto todas as classes como o Parlamento? Se todas as classes são levadas a participar na luta parlamentar é porque os interesses e os conflitos de classe se refletem no Parlamento. Se fosse possível organizar, de imediato, em todo o lado, por exemplo, uma greve geral decisiva capaz de derrubar de um só golpe o capitalismo, a revolução estaria feita em vários países. Mas é preciso ter em conta a realidade, e o Parlamento é sempre arena da luta de classes."

Evitar o "cretinismo parlamentar"

Mas a fim de prevenir o "creti-

nismo parlamentar" (a prática parlamentar como o centro da luta política dos trabalhadores) Lênin e a III Internacional de sua época advertiam que a ação no parlamento é sempre secundária e só adquire sentido se servir à organização revolucionária do proletariado (ver as Teses abaixo). Assim, o mandato parlamentar é para ser usado revolucionariamente. Uma circular de setembro de 1919 do Comitê Executivo da III Internacional indicava que o deputado comunista deve ter sempre em mente: "1) que o centro de gravidade da luta está fora do Parlamento (nas greves, nas insurreições, e noutras formas de luta de massas); 2) que as intervenções no Parlamento correspondam a esta luta; 3) que os deputados tomem parte no trabalho ilegal; 4) que atuem sob o mandato da direção do Partido, submetendo-se a ela; 5) que nas suas intervenções não se deixem enredar nas formas parlamentares (que não tenham medo de se opôr à

maioria burguesa, que saibam falar por cima da sua cabeça)."

Com o advento da revolução democrática de fevereiro de 1917 na Rússia o parlamento (a Duma) foi posto novamente em cheque. Ressurgiram os soviets e se estabeleceu o duplo poder. Mas apesar de sua existência e seu fortalecimento crescente, os bolcheviques ainda defendiam a convocação de uma Assembleia Constituinte, porque as amplas massas do povo ainda acreditavam nela. Só após a Revolução Proletária de Outubro, quando o entusiasmo das massas pelo poder soviético já era um fato, e quando a Assembleia Constituinte já e tornara o derradeiro recurso da burguesia e do imperialismo para travar a revolução triunfante é que os bolcheviques cessaram sua defesa. Em 19 de janeiro de 1918, um dia após ser instalada, o poder soviético a dissolveu, provocando a fúria dos mais variados "democratas" pelo mundo afora.

As teses da III Internacional

Teses 11, 12 e 13 sobre a atuação parlamentar aprovadas pelo Congresso de 1920.

11. A tribuna do Parlamento burguês é um desses pontos de apoio secundários (à ação revolucionária de massas). Em nenhum dos casos se pode invocar contra a ação parlamentar o fato do Parlamento ser uma instituição do Estado burguês. Com efeito, o Partido Comunista não se encontra aí para desenvolver uma atividade orgânica, mas para ajudar as massas, do interior do Parlamento, a destruir pela sua ação independente o aparelho de Estado da burguesia e o próprio Parlamento (Exemplos: a ação de Karl Liebknecht na Alemanha, a dos bolcheviques na Duma czarista, na "Conferência Democrática" e no "Pré-Parlamento" de Kerensky, na Assembleia Constituinte, nas municipalidades, por último, a ação dos comunistas búlgaros).

12. Esta ação parlamentar que consiste, essencialmente, em utilizar a tribuna parlamentar para fazer a agitação revolucionária, para denunciar as manobras do adversário, para agrupar em torno de certas idéias as massas prisioneiras de ilusões democráticas e que, sobretudo, nos países atrasados, voltam ainda os seus olhos para a tribuna parlamentar, esta ação deve estar totalmente subor-

dinada aos objetivos e às tarefas da luta extra-parlamentar das massas.

A participação nas campanhas eleitorais e a propaganda revolucionária do alto da tribuna parlamentar têm uma importância particular para a conquista política dos setores da classe operária que, como as massas trabalhadoras rurais, permaneceram até então, afastadas da vida política.

13. Os comunistas se obtiverem a maioria nas municipalidades devem: a) dirigir uma oposição revolucionária contra o poder burguês; b) esforçar-se por ajudar, por todos os meios, as camadas mais pobres da população (medidas econômicas, criação ou tentativa da criação de uma milícia operária armada, etc); c) revelar em qualquer ocasião os obstáculos levantados pelo Estado burguês a todas as reformas radicais; d) desenvolver sobre esta base uma propaganda revolucionária enérgica sem temer o conflito com o poder burguês; e) substituir em certas circunstâncias as municipalidades por Sovietes de deputados operários. Toda a ação dos comunistas nas municipalidades deve integrar-se na sua atividade geral para a derrubada do Estado capitalista.

trabalhadores frente às eleições burguesas

tradição revolucionária

Lenin e os liberais

O tratamento por parte de Lênin das relações entre os socialistas e as oposições liberal-burguesas deve ser analisado dentro da sua concepção do desenvolvimento da revolução russa. Até 1917, Lênin considerava que a Rússia deveria passar por uma revolução democrática, burguesa, que criasse plenas condições para o desenvolvimento do capitalismo, libertando o país do feudalismo e da autocracia czarista. Só depois disso é que se poderia colocar a revolução socialista.

No entanto, ele não retirava desta concepção a consequência de que os representantes políticos da burguesia liberal deveriam liderar a revolução, como faziam os mencheviques, isto é, a ala oportunista do partido social-democrata (nome do partido marxista na época). Considerava, pelo contrário, que a burguesia russa, atrasada, dependente do Estado e das burguesias imperialistas mais adiantadas, chegando à cena política quando o proletariado já começava a dar os seus primeiros passos independentes, não tinha nenhuma possibilidade de liderar uma revolução. Pelo contrário, esta burguesia se inclinaria a fazer acordos, a compromissos com o czarismo, e temeria mais a revolução proletária do que a reação conservadora.



das divergências entre Lênin e os mencheviques. Estes sistematicamente propuseram acordos e blocos eleitorais com os cadetes; Lênin sistematicamente combateu estes acordos, colocando sempre no centro da tática dos socialistas a "independência de classe do proletariado".

Esta questão apareceu com grande clareza em 1906, quando os mencheviques propuseram apoiar a reivindicação de um "governo da Duma" (a Duma era uma assembleia parlamentar consultiva, admitida pelo czarismo). O partido largamente majoritário na Duma era o partido cadete. "Governo da Duma" significava então "governo cadete". Lênin se opôs com energia a esta palavra de ordem, por exemplo no artigo "A tática do proletariado e as tarefas do momento":

"Mas o proletariado não deveria apoiar a reivindicação da burguesia liberal, isto é, a formação pelo poder supremo de um governo cadete? O proletariado não está obrigado a fazê-lo, dado que um governo cadete facilitaria sua luta pela liberdade e pelo socialismo?"

"Não. Isto seria cometer o erro mais profundo e trair os interesses do proletariado. Isto significaria sacrificar, para obter um sucesso momentâneo, os interesses fundamentais do proletariado na revolução. Isto significaria se deixar levar por um fantasma e aconselhar ao proletariado a 'depor as armas' sem ter a menor garantia real de que sua luta seria efetivamente facilitada. Isto seria a pior forma de oportunismo.

"O proletariado da Rússia não tem razões para temer um governo cadete que, em todo caso, ajudaria o povo a compreender a verdadeira natureza dos cadetes, mas ele não deve de nenhuma maneira apoiar uma tal medida, pois esta, pela sua própria natureza, é a mais enganosa, a mais ambígua, a mais traidora possível."

natureza deste arranjo, sobre o perigo que ele apresenta, sobre o fato de que a burguesia e a burocracia têm a intenção de criar assim obstáculos à convocação de uma Assembleia Constituinte". (grifos de Lênin).

Esta questão voltaria a se colocar alguns meses depois quando a Duma foi dissolvida e novas eleições convocadas. Os mencheviques propuseram um acordo eleitoral com os cadetes, que poderia resultar num maior número de cadeiras (o sistema de eleições para o Duma era uma forma de eleição distrital indireta). Lênin se opôs terminantemente a esta política, aceitando no máximo acordos limitados com a pequena burguesia revolucionária (os partidos radicais, representantes dos camponeses).

No artigo "A social-democracia e os acordos eleitorais", explicava: "... nossa tarefa principal e essencial é desenvolver a consciência de classe e a organização independente do proletariado, que é a única classe revolucionária até o fim e será o único guia possível em uma revolução burguesa democrática vitoriosa. Eis porque a independência do proletariado em toda a campanha eleitoral e parlamentar é nossa tarefa comum mais importante. As outras, as tarefas particulares, não são desprezadas, mas devem ser subordinadas à tarefa principal, coordenadas com ela. (...)

"Uma lista eleitoral comum está em flagrante contradição com o conjunto da política social-democrata, que é política de classe independente. Recomendando à massa uma lista comum de social-democratas e cadetes, nós semeamos inevitavelmente a maior confusão nas distinções de classes, nas divisões políticas. Nós desfechamos um golpe contra os nossos princípios e comprometemos o valor revolucionário da nossa campanha para assegurar a um liberal um lugar na Duma! Nós subordinamos a política de classe ao parlamentarismo, no lugar de subordinar o parlamentarismo à política de classe. Nós nos privamos da possibilidade de quantificar e avaliar nossas forças. Nós perdemos o que é durável e sólida em todas as eleições: o desenvolvimento da consciência e da organização do proletariado socialista. Nós ganhamos o que é passageiro, convencional e pouco seguro: a vantagem de um cadete sobre um outubrista (candidato mais conservador). (...)

"Resumindo:

"O ponto de partida da tática eleitoral geral da social-democracia deve ser a independência

completa do partido de classe do proletariado revolucionário.

"Excessões a esta regra geral só são possíveis em casos de necessidade absoluta, e em condições particularmente restritivas". (no caso, Lênin admitia o acordo em alguns casos com os partidos da pequena burguesia revolucionária; propunha como critério para definir isto o de estes partidos apoiarem a necessidade da greve geral insurrecional.)

"Na questão dos blocos eleitorais, é precisamente o princípio, o lado ideológico, que deve ser trazido para o primeiro plano."

No artigo "Sobre o bloco com os cadetes", Lênin esclarece:

"Na questão dos blocos eleitorais, é precisamente o princípio, o lado ideológico que deve ser trazido para o primeiro plano" (...).

"Com a proposta de bloco eleitoral com os cadetes feita pelos mencheviques, tacitamente, os social-democratas cedem aos cadetes a hegemonia na luta democrática (...). Deixando de combater os cadetes, vocês mantêm sob a influência ideológica destes últimos as massas proletárias e numerosos elementos meio-proletários que poderiam seguir a social-democracia. (...)

"Com efeito, tudo se resume em saber se nós sacrificamos ou não a independência da social-democracia na campanha eleitoral para ter uma Duma "totalmente" liberal. Com efeito, para os bolcheviques, o que importa sobretudo, é a absoluta independência de nossa campanha eleitoral, é a manutenção integral do espírito social-democrata (e não meio-cadete) na nossa política e na nossa fração. Ora, para os mencheviques, o que importa sobretudo é ter uma Duma inteiramente cadete contando um grande número de social-democratas que chegariam a ela sob as cores de um meio cadetismo. Imagina-se duas espécies de Duma: ou 200 extrema-direita, 280 cadetes, 20 social-democratas; ou 400 cadetes e 100 social-democratas. Nós preferimos uma Duma da primeira espécie, e achamos infantilismo acreditar que se teria afastado o perigo reacionário impedindo a extrema direita de entrar na Duma".

"A principal tarefa dos revolucionários nas eleições é a de desenvolver a consciência de classe e a organização independente do proletariado."

Conseqüentemente, caberia ao proletariado, aliado à pequena-burguesia revolucionária, isto é, fundamentalmente ao campesinato, dirigir a revolução democrática e libertar a Rússia da autocracia e do feudalismo.

Em 1917, Lênin modificaria em parte esta concepção, admitindo a combinação das tarefas democráticas e socialistas em uma revolução dirigida pelo proletariado. Contudo, isto dá ainda mais força às restrições feitas antes a um acordo com a burguesia liberal.

O principal partido da burguesia liberal russa era o partido constitucional-democrata, mais conhecido como cadete (das iniciais em russo do seu nome). A questão das relações entre os social-democratas russos e este partido esteve sempre no centro

"Uma chapa eleitoral comum está em flagrante contradição com a política de classe independente."

No artigo "Os operários decidam", Lênin esclarecia seu ponto de vista:

"Um governo cadete só pode ser um arranjo entre a autocracia e a burguesia liberal contra os operários socialistas e contra os camponeses revolucionários. Evidentemente os social-democratas utilizariam, com uma força redobrada, a nova situação que resultaria de um tal arranjo; (...) Nós nos esforçamos para virar este arranjo dirigido contra a revolução a favor da revolução. Mas não podemos apoiar um acordo entre os burgueses e os funcionários concluído pelas costas do povo. Chamar o povo ou o proletariado a apoiá-lo, é corromper sua consciência, é esconder-lhe a verdade sobre a verdadeira

Precisamos de um jornal militante para a consolidação organizativa do PT, ou o PT é que deve se lançar no esforço para um empreendimento jornalístico comercial ambicioso visando a opinião pública? Aqui um resumo das idéias de jornal do partido que estarão em debate agora no Diretório Nacional do PT.

Um jornal para o PT ou o PT para um jornal?

por Flávio Andrade

Após um mês de trabalho, a Comissão que prepara o Projeto do Jornal do PT e é dirigida por Perseu Abramo, Secretário de Imprensa do partido, irá apresentar agora o resultado de seus estudos ao Diretório Nacional que se reúne neste fim de semana. No entanto, dentro da Comissão, o autor desta matéria desenvolveu um projeto diferente do da maioria quanto ao que deva ser o jornal do PT. E que, no fundamental, é também a visão compartilhada por alguns dirigentes do PT, Lula entre eles, por exemplo.

Avaliações diversas...

O dilema é o seguinte: a partir de suas necessidades e potencialidades atuais de que tipo de jornal precisa o PT?

Enfim, um jornal militante para a ação partidária ou um empreendimento jornalístico para o público? Estas, em síntese, as alternativas de jornal do PT que estarão agora em debate.

Para a Comissão, segundo argumenta, por exemplo, Perseu, o jornal do PT não deve ser uma simples reprodução, ainda que numa escala maior, dos jornais da imprensa alternativa. O jornal do PT tem que alcançar as massas, e não pode ser calcado na estrutura do partido que ainda não tem um nível de eficácia para viabilizar um jornal deste porte.

O PT tem e pode, segundo o projeto da Comissão, que criar um empreendimento comercial jornalístico que seja auto-sustentável e forneça as condições profissionais para uma boa execução do jornal dentro dos padrões requeridos para uma distribuição via bancas — que é a forma de se atingir, com controle, um público de massas.

Para isso propõe um jornal standard de 12 páginas, quinzenal, com uma tiragem de 50 mil exemplares e a um preço de capa de Cr\$ 70,00. Com um custo total de Cr\$ 3 milhões por mês (Cr\$ 1,6 de custos fixos e Cr\$ 1,4 de custos variáveis), a viabilização do jornal estaria garantida pela venda de 5 mil bônus iniciais de Cr\$ 4.200 junto com 10 mil assinaturas a Cr\$ 1.680 e 15 mil exemplares regulares em bancas. Esta estrutura permitiria cobrir os gastos de implantação da ordem de Cr\$ 1,8 milhões e garantiria a execução regular normal do jornal daí para frente.

De outro ponto, em minoria na Comissão, o autor desta matéria, mas contando com a coincidência de visão de alguns dirigentes do partido, aos pontos básicos do projeto, propomos que o jornal seja calcado na estrutura atual do partido e tenha como base comercial/profissional apenas a estritamente indispensável. Um jornal que seja um instrumento de trabalho político para os militantes com sua distribuição portanto, fundamentalmente, via os próprios militantes.

Por isso propomos um jornal menor, mas mais ágil, quinzenal até março e

semanal a partir daí, tablóide de 12 páginas (ou standard de 6 — o que dá no mesmo em termos de custo), com uma tiragem inicial de no mínimo 30 mil exemplares, e no máximo tanto quanto os petistas forem capazes de vender. O preço de capa seria de Cr\$ 20,00. Com um custo mensal de Cr\$ 1,1 milhão na fase quinzenal, e Cr\$ 1,8 na fase semanal (Cr\$ 600 mil de custos fixos e Cr\$ 1,2 milhões de variável), a viabilização do jornal neste projeto estaria garantida por uma campanha de assinaturas militantes na base de 2 mil por mês a um preço médio de Cr\$ 1 mil cada, ao longo de um ano. Esta fonte forneceria os Cr\$ 2 milhões mensais necessários e, a partir do primeiro ano, a simples renovação dos 24 mil assinantes (10% dos filiados atuais) daria a sustentação básica.

A venda direta e em bancas não daria receita adicional relevante. Ela simplesmente permitirá pagar os custos variáveis

de uma tiragem acima dos 30 mil exemplares iniciais. A proposta portanto, é de o projeto ter um piso financeiro garantido através de assinaturas militantes e, acima daí, a tiragem oscila, equilibrada em termos custo/receita, de acordo com a venda direta e bancas alcançáveis.

Para a maioria da Comissão, um jornal militante está muito aquém do que é o PT; o partido precisa aparecer para a massa — como partido de massa que é — com um produto de peso, no circuito e bancas, e não pode de forma alguma se rebaixar ao nível que propõe o projeto militante. Segundo a maioria, este projeto não seria de um jornal, mas sim de “um pouco mais que um boletim interno”.

Já para nós, o prioritário hoje é um jornal que seja um instrumento para o trabalho político da direção e das bases do partido. A presença de peso em bancas, a aparição diante da opinião pública, a disputa com a grande imprensa, não é a

prioridade além de ser cara, de ter um custo proibitivo no momento atual que é de consolidação organizativa do partido. Precisamos de um instrumento para a centralização do PT pela direção e para a ação externa dos militantes dentro dos movimentos sociais. Além do que, argumenta Lula, “pensar numa estrutura comercial/empresarial hoje para o PT é estar nas nuvens; temos que dar passos com as pernas que temos e pouco a pouco irmos crescendo na medida do sucesso do nosso jornal. Hoje o partido, realisticamente falando, não tem a menor condição de tocar um grande jornal; é uma ilusão.” Ou seja, um jornal comercial certamente seria deficitário e consumiria grande parte do PT voltado para sua sustentação. Além do que, é um produto menos útil às tarefas atuais do partido.

A diferença portanto entre os dois projetos é dupla: diz respeito ao papel de um jornal do PT e à viabilidade ou não de cada alternativa. No plano político editorial as diferenças são pequenas; ambos os projetos estão calcados na linha do partido, apenas adequando o tratamento desta linha à periodicidade (quinzenal X semanal) e ao número de páginas (12 standard X 12 tablóide — equivalente a 6 standard). Além do que, o fato de um se destinar a bancas e o outro diretamente aos militantes faz com que o tratamento jornalístico seja também algo diferente.

E um claro dilema

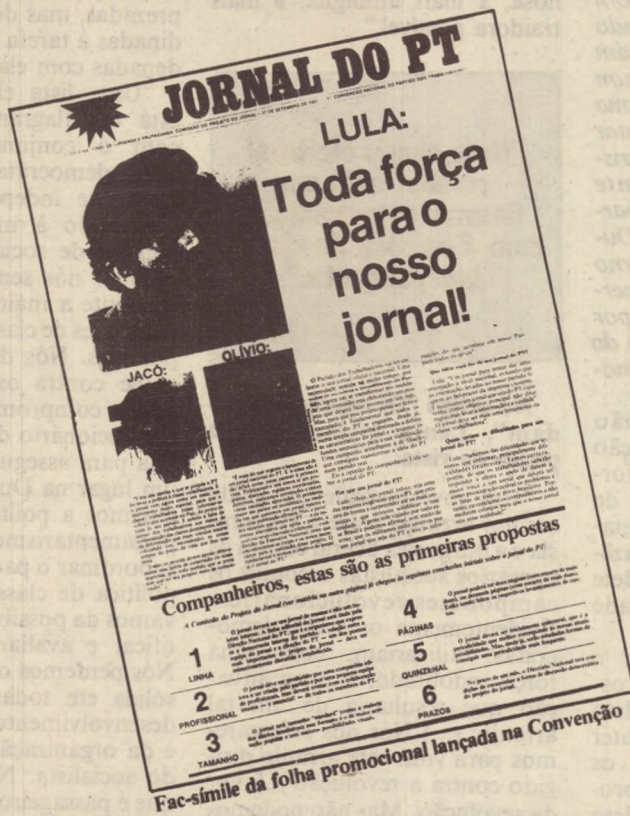
Ambos projetos concordam ainda em precisar o jornal como diretamente sob responsabilidade da direção nacional do partido. O projeto militante prevê a possibilidade de uma página opcional (a última) ficar a cargo de cada direção regional do PT para maior profundidade nos temas locais; por necessitar de mais trabalho voluntário, insiste nas sucursais e escritórios nas regionais e municipais do PT. Mas a estrutura básica do poder e direção do jornal é a mesma.

Por fim, uma última diferença: o período de implantação. O jornal “empreendimento” requer um prazo de cerca de três meses para sua largada; o projeto “militante” prevê lançar a fase quinzenal experimental já agora em dezembro, emplacando a partir de março com a periodicidade semanal. O que, frente às necessidades atuais do PT — premidas pela urgência do partido se preparar para o ano eleitoral — e o papel que um jornal pode desempenhar desde já, não é uma questão de detalhe. Pois como tem argumentado a direção do PT, Lula à frente, “o jornal é para ontem”.

O dilema aí está para o diretório debater e deliberar: um jornal para o partido, ou um partido para o jornal?

Um projeto militante

O PT precisa urgentemente de um jornal que, barato, assentado na sua estrutura partidária, seja um instrumento eficaz para a ação dos militantes nos movimentos sociais e para a centralização do conjunto do partido pela direção.



Um projeto comercial

O PT necessita, e pode ter hoje, um jornal fruto de um empreendimento comercial bem projetado e que irá atingir os trabalhadores e a opinião pública através das bancas com um produto capaz de concorrer nesta faixa.